

RS: o frágil equilíbrio das contas



Arrecadação Em meio à crise de receita, medidas de enxugamento da máquina estatal são defendidas como caminho para a recuperação econômica. Assim, o enfrentamento escolhido pela administração

vem com a extinção de empresas públicas, a elevação da carga de ICMS e o parcelamento de salários. Ao mesmo tempo, postos de fiscalização de cargas em fronteiras ou divisas foram fechados, caso da unidade

de Guaíba, na BR 290 (foto). Entidades argumentam, porém, que não basta cortar gastos, é necessário investir no aumento da arrecadação e no combate à sonegação fiscal junto a grandes empresas. **P8**

Ciência

Nanotecnologia e saúde

Investimento na produção inovadora de remédios confere mais eficácia a tratamentos diversos.

P11



FLÁVIO DUTRA/JU

GEOLOGIA

As novas marcas das memórias da Terra

Desde que o Antropoceno foi proposto como nova idade geológica, em 2000, o debate tornou-se intenso na busca de sua compreensão. Em artigo para o JU, o chefe do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia da UFRGS, Rualdo Menegat, aborda resultados de pesquisas que mostram o alastramento dessa pegada geológica humana desde a Revolução Industrial. **P4**

ENSINO MÉDIO

Um tempo para pensar sobre o futuro

Criada em 2014, a disciplina opcional Informação e Orientação Profissionais, do Colégio de Aplicação, vem conquistando 100% de adesão entre os alunos do terceiro ano do ensino médio. Ministrada pelo professor Aduino Locatelli Taufer, o objetivo da proposta é fazer uma reflexão sobre os diversos aspectos que implicam a escolha de uma futura profissão a partir de projetos de vida. **P7**

EXTENSÃO

Alunos de Agronomia integram projeto de educação ambiental

P6



FLÁVIO DUTRA/JU/ARQUIVO 16/03/2016

Acampamento Sérgio Moro, no Parcão

Entrevista

Especialista analisa as consequências da publicidade dirigida à infância **P10**

JU indica

Economia da cultura é tema de coletânea lançada pela Editora da UFRGS **P12**

Brasil

Mais à direita

Dados do IBGE revelam que 55% da população brasileira pendem à direita. As explicações vão desde a reação de setores conservadores às medidas de redução da desigualdade dos governos petistas até a sinalização de uma perspectiva religiosa. **P5**



Espaço da Reitoria

Dalva Maria Pereira Padilha
Diretora geral do Câmpus Litoral Norte

Horizonte interdisciplinar

Quantas retas passam por dois pontos? Apenas uma. E por um ponto? Ah! Infinitas. Aprendi esses axiomas há muito tempo. Na adolescência, não entendi o que de muito especial está inserido nessa matemática, mas, ao longo do tempo, percebi as vantagens de se ter um ponto pelo qual podem transpassar infinitas possibilidades. Esse conceito apresenta uma concepção de interdisciplinaridade.

Essa ideia matemática nos ajuda a falar sobre o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT), oferecido no Câmpus Litoral Norte. Nele, se identificam diversos pontos pelos quais as diferentes áreas que compõem suas Terminalidades perpassam. Assim foi imaginado e projetado o BICT, curso inédito e inovador na UFRGS que no dia 19 de agosto formará a sua primeira turma. Estudantes traçaram com seus professores caminhadas únicas dentro de um rol de mais de 80 disciplinas tão distintas quanto

a de “Dinâmicas e Conceitos Do Espaço - Temporal e Social” e a de “Modelos Matemáticos Elementares”, por exemplo. Suas Terminalidades hoje correspondem a quatro cursos – Engenharia de Gestão de Energia, Engenharia de Serviços, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Desenvolvimento Regional – e reúnem docentes de formação baseada em áreas como a Matemática, a Física e as Engenharias, com os da Antropologia, da Filosofia e das Ciências Sociais. A finalidade desta “mistura”, aparentemente extravagante, é abrir novos horizontes para esses jovens. É mostrar-lhes novas perspectivas, diferentes facetas, inúmeras concepções cruzando um único tema.

A expectativa é de que, para aqueles que estão concluindo suas graduações, o mercado de trabalho – cada vez mais interdisciplinar e exigente – não seja definitivamente um desafio insensato ou uma

barreira inexpugnável. Nossos estudantes recebem uma consistente formação nos campos da ciência e da tecnologia com uma real possibilidade de trajetória entre as disciplinas sociais e as humanidades. Para isso, estamos baseados nos princípios do Estatuto da Universidade, especialmente o que menciona o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” para que nossos Bacharéis em Ciência e Tecnologia definitivamente façam “a” diferença no mercado de trabalho em um futuro não muito distante.

A colação de grau da primeira turma do BICT é a concretização do Câmpus Litoral Norte, fruto da mobilização da comunidade da região no ano de 2009 e que passou a integrar o planejamento da Universidade dois anos depois. À região, então, já chegam novas perspectivas no ensino, na pesquisa e na extensão numa instituição pública que se pauta pela excelência acadêmica e pela expansão de suas fronteiras.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golim, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor Everton Cardoso

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Editor de fotografia Flávio Dutra

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 12 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias

Cultura acessível para todos

Campanha de captação de recursos para o projeto de acessibilidade do prédio da Rádio da Universidade.



Realização

MINISTÉRIO DA CULTURA



www.ufrgs.br/patrimoniohistorico



Artigo

Desafios e possibilidades para os serviços-escola

Encontro de Serviços-escola de Psicologia de Porto Alegre e Região Metropolitana (ESEPPOA), ocorrido no mês de junho, foi proposto pelo Centro de Avaliação Psicológica (CAP) da UFRGS com o fim de discutir as práticas psicológicas e as relações estabelecidas com outros serviços e com a rede pública. Culminou com a proposta de criação de um fórum de coordenadores de serviços-escola do estado, a ser intermediado pelo Conselho Regional de Psicologia, com o objetivo de trocar experiências e discutir a possibilidade de territorialização (atendimento de demandas locais delimitadas) e as relações dessas instituições com a rede pública de saúde.

Os serviços-escola de Psicologia surgiram com a lei n.º 4.119, de 1962, que regulamentou a profissão de psicólogo e determinava, para a graduação, a organização de “serviços clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho”. Tradicionalmente se organizavam de forma isolada, como local de aplicação dos conhecimentos teóricos desenvolvidos no ensino. Posteriormente, passaram a se aproximar das comunidades a que atendiam, fazendo uma leitura de suas demandas e atuando de forma conjunta com as instituições

de saúde e educação da região.

Um dos principais temas que permeou as discussões do encontro – que reuniu docentes e técnicos de 11 instituições de ensino da região metropolitana, além de representantes da prefeitura de Porto Alegre – foi a necessidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas relações entre os cursos de graduação e seus serviços-escola. A concepção de um destes como fio condutor das práticas das disciplinas de graduação, disparador de interesse desde o início do curso e gerador de problemas de pesquisa, soa como uma possibilidade e um desafio.

Levantou-se o questionamento sobre como se pode dar a interprofissionalidade nesse contexto, ou seja, como os estudantes podem aprender sobre um fazer em conjunto, e não apenas sobre a necessidade de encaminhar casos para outras especialidades. Algumas propostas citadas foram a de realizar acolhimentos ou atendimentos em conjunto, bem como de reservar, dentro da carga horária dos estágios, uma parte para a realização de atividades em outros setores.

Outro tópico bastante debatido diz respeito à análise das demandas da comunidade

que solicita atendimento em serviços-escola. Considerou-se indispensável que a leitura de suas carências e a compreensão de seu contexto resultem na proposição de atividades que contemplem suas expectativas e não apenas a uma aplicação sem reflexão dos conhecimentos teóricos. Entende-se que os serviços-escolas têm como objetivo, além de suprir as necessidades acadêmicas dos alunos, atender à comunidade e pensar e pôr em prática políticas de acolhimento a essa população.

O CAP, programa de extensão da UFRGS que promoveu o encontro, tem uma trajetória que ilustra alguns dos tópicos discutidos. Local de estágio para alunos de graduação e pós-graduação em Psicologia, o serviço recebe muitos encaminhamentos da rede pública de saúde da região metropolitana, bem como de escolas públicas de Porto Alegre. Após as avaliações, o Centro muitas vezes sugere que os pacientes busquem atendimentos ou na rede de saúde pública, ou em outros serviços-escola.

Como serviço integrante do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS) – órgão auxiliar do Instituto de Psicologia que agrega programas de extensão

dos cursos de Psicologia e Fonoaudiologia –, o CAP também desenvolve um projeto interdisciplinar em uma escola pública da região: o Programa de Apoio para Escrita e Leitura (PAPEL).

No que tange à leitura das demandas da população, o Centro percebeu a ausência de uma intervenção gratuita ou de baixo custo necessária à comunidade que atende, na maioria crianças em idade escolar: a orientação a seus familiares e cuidadores. Em função disso, foi criado o Programa de Orientação de Práticas Parentais (PROPAP), que promove encontros de curta duração com pais ou responsáveis, visando auxiliar na reflexão sobre as relações desses com seus filhos e suas práticas educativas. É uma forma de responder às necessidades da comunidade atendida, compreendidas através de pesquisas, aliando os conhecimentos acadêmicos aos saberes desenvolvidos por meio da extensão. Sua aplicação visa auxiliar o público e contribuir para a formação dos estudantes dentro do projeto de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Comissão Organizadora do ESEPPOA



Mestrado profissional em segurança cidadã

Aprovado recentemente pelo Conselho Universitário, o mestrado profissional em Segurança Cidadã é uma iniciativa do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em parceria com o Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA). O objetivo do curso é fomentar, entre profissionais de diferentes áreas, uma perspectiva interdisciplinar para o tema da segurança.

O início das atividades está na dependência de uma negociação de financiamento por meio de convênio com o governo do estado. A expectativa é de que o edital de seleção seja lançado até outubro deste ano. As aulas acontecerão no ILEA às segundas, terças e quartas-feiras à noite. Serão oferecidas até 50 vagas, e o processo consistirá em prova objetiva, análise de currículo, entrevista e carta de intenções.

Por trás do curso está a atuação do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC), fundado em 1995 e que hoje conta com uma rede de 19 professores. “Nossas ações buscam qualificar o debate e propor soluções de políticas públicas para o modelo de segurança cidadã, que, do nosso ponto de vista, é o que melhor pode atender aos requisitos de uma democracia profunda”, observa José Vicente Tavares dos Santos, professor do departamento de Sociologia e integrante do grupo.

Nesses mais de 20 anos de atividade do GPVC, foram promovidos sete cursos de especialização focados na análise da violência e em políticas de segurança com mais de 300 egressos. Em 2004, a equipe participou da constituição da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pú-

blica, pela qual o governo federal chegou a financiar 130 cursos em 60 universidades, formando 9 mil especialistas em todo o Brasil.

Segundo José Vicente, no Brasil, existem quatro mestrados profissionais em segurança pública. “O nosso será o primeiro que adota a nomenclatura ‘segurança cidadã’”, pontua. Essa distinção tem o intuito de reforçar a ênfase em um olhar interdisciplinar que engloba diferentes áreas, desde a Sociologia até a Química. “Isso significa que a segurança é uma questão que diz respeito ao conjunto da sociedade, e não apenas às instituições da segurança pública. A própria Constituição Federal diz que a segurança é dever do Estado e responsabilidade de todos. Precisamos, portanto, ter a análise dos vários fatores que envolvem a produção da violência e do crime”, arremata

o professor.

Para ele, o papel do mestrado profissional é interessante porque atende a uma área específica profissional, em que as pessoas não almejam ser pesquisadoras, mas querem melhorar seu desempenho profissional e, principalmente, refletir sobre o tipo de atividade que têm feito. De modo geral, elas já têm muita experiência em suas áreas de atuação.

O público-alvo do curso engloba profissionais de segurança pública que trabalham na Polícia Civil e na Brigada Militar, profissionais da área de perícia, gestores de empresas de segurança privada que trabalham em espaços privados de massa como supermercados, profissionais das diferentes áreas do conhecimento e integrantes de Organizações Não Governamentais (ONG).

Luiz Antônio Brenner Guimarães, coronel reformado da Brigada Militar e integrante do Núcleo de Prevenção à Violência, Segurança e Direitos Humanos da ONG Guayí, comenta que outro público a quem o mestrado pode se destinar são os gestores municipais. Segundo ele, desde o final da década de 1990, os municípios passaram a ser mais amplamente cobrados a respeito de políticas para a segurança. A tendência, no entanto, é de que as gestões sigam uma concepção tradicional em vez de agir na prevenção.

A ênfase em segurança cidadã traz como fundamental a iniciativa de prevenir, levando em conta os fatores multicausais que produzem a violência. “Por isso, a abordagem interdisciplinar. A segurança é um tema complexo que exige propostas de solução complexas”, complementa José Vicente.



CONHECENDO A UFRGS

Studio P – Arte, pintura e reflexão

O Studio P, projeto de extensão do Instituto de Artes da UFRGS (IA), criado em 2016, consiste em um grupo de pessoas que possuem o amor pela arte como uma característica em comum. A iniciativa surgiu da demanda de alunos e ex-alunos do IA que procuravam um lugar para pesquisar, debater e refletir sobre questões relativas à pintura e também um espaço em que pudessem colocar suas habilidades artísticas em prática.

Os integrantes destacam a troca de experiências e o contato com outros artistas como um ponto positivo. A participante Mariana Riera define o projeto como “um grupo de pessoas que se interessa por pintura, gosta de discutir pintura e que não se satisfazem em pintar sozinhos em casa, em seus ateliês sem ter a troca, a discussão, o embate e o contato com outros tipos de produção”.

São 23 artistas que realizam encontros semanais no próprio Instituto de Artes para dar andamento aos seus projetos. Alguns de seus trabalhos artísticos são bem conhecidos pelos alunos da UFRGS, como as escadarias do Câmpus do Vale, que parecem com uma estante de livros, e a escada colorida, localizada no acesso principal do Câmpus. Outras atividades realizadas foram pinturas no muro da Avenida Mauá e a exposição *No Studio*, apresentada no Museu de Artes do Rio Grande do Sul.

A professora do IA e coordenadora do Studio P, Marilice Corona, destaca que “estar a par da arte é estar a par de uma construção simbólica da comunidade à qual a gente pertence. A arte reflete toda a nossa estrutura, seja econômica, social ou política”. Segundo a professora, o projeto também procura colocar seus integrantes em contato com a arte de uma maneira mais profunda, para que, acompanhados de seus projetos artísticos, eles possam crescer e se conhecer como indivíduos.

Anderson Dorneles
e Jaqueline Kunze,
estudantes do 2º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O Conhecendo a UFRGS sobre o Studio P vai ao ar no dia 22 de agosto, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também pode ser assistido pelo site www.unitv.tv.br



Novo curso discute a produção da violência e do crime a partir de uma ênfase multidisciplinar

UniRede

Prêmio para recursos educacionais digitais

Com o objetivo de incentivar o trabalho inovador de professores, alunos e técnicos administrativos de instituições afiliadas, a Associação Universidade em Rede (UniRede) promove, em parceria com a Cátedra UNESCO em Educação Aberta (NIED/Unicamp), o Prêmio UniRede. As inscrições podem ser feitas até 11 de setembro.

Nesta edição, serão premiados Recursos Educacionais Abertos – recursos digitais disponibilizados sob uma licença aberta – desenvolvidos no âmbito das instituições ligadas à associação. Podem ser submetidos produtos como videocast, vídeoaula, podcast, animação, app, simulação, jogo e curso.

Para participar, o candidato deve estar inscrito no ESUD 2017 (XIV Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância e o III Congresso Internacional de Educação Superior a Distância), que ocorre em outubro na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, onde será realizada a cerimônia de premiação. Informações completas sobre os requisitos e o processo de submissão estão disponíveis no edital (<http://bit.ly/2uiqJvY>).

Doutor Honoris Causa

UFRGS homenageia referência em direito do consumidor

Jurista, professor e formulador do Direito do Consumidor, Thierry Bourgoignie recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade em sessão solene do Conselho Universitário, no dia 17 de julho. Na cerimônia, a reitora em exercício Jane Tutikian apontou a relação com o Groupe de Recherche en Droit International et Comparé de la Consommation, fundado pelo professor Bourgoignie, atualmente, o principal canal de diálogos e cooperação entre a UFRGS com a Faculté de Science Politique et de Droit – Université du Québec a Montreal. Bourgoignie é doutor em Direito pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica) e mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Yale (EUA). Começou sua carreira em 1971 na Universidade Católica de Louvain e, em 1988, tornou-se professor na mesma instituição. Em 1978, fundou o *Centre de Droit de la Consommation*, centro de investigação europeia e internacional sobre direito do consumidor.





A pegada geológica da humanidade

Rualdo Menegat*

A História Natural, preconizada pelos grandes mestres da ciência desde o Renascimento, sempre nos trouxe revelações desconcertantes acerca do lugar da humanidade na natureza. Entre elas, situam-se as descobertas do tempo geológico profundo, da descendência humana comum àquela dos macacos gigantes, da deriva dos continentes e da interação dos sistemas da Terra e da vida, anunciando que o planeta é igualmente moldado pelas forças biológicas. Mais recentemente, outra dessas 'verdades inconvenientes' esclareceu o papel das atividades humanas nas mudanças climáticas.

Em que pesem todos os alertas das ciências sobre a destruição de ecossistemas, que se acelerou nos últimos 60 anos, há uma orientação conservadora de ignorar o real impacto humano nos sistemas do planeta. Em parte, por uma vã tendência de alienar tanto a dimensão biológica como a dependência ambiental da humanidade, mesmo diante dos atuais 7,4 bilhões de seres humanos, dos quais 3,9 vivendo em vorazes cidades. Também pelo mito de considerar que podemos dispor indefinidamente dos recursos da Terra. Esse impacto vem sendo medido pelos danos causados aos ecossistemas e, mais recentemente, pelas mudanças do clima. Mas haveria outras formas de medi-lo, como, por exemplo, por seu registro na memória da Terra? Seria esta uma descoberta científica capaz de criar um espelho para a gigante humanidade e dizer-lhe que as mais impressionantes pegadas humanas não foram aquelas deixadas na Lua por Neil Armstrong, mas as que estamos encravando nos estratos do planeta? Essa página da história natural jamais tinha sido pensada pela ciência com a consistência

que vem sendo realizada desde 2000 com a proposição de um novo intervalo de tempo geológico: o Antropoceno.

De fato, quando os geólogos e, em particular, os estratígrafos reconstruímos o mundo antigo, o fazemos com base em seqüências de memórias gravadas nos substratos rochosos, com suas particularíssimas leis, geometrias e lógicas. Durante muitos anos, discutiu-se quais eventos possuem maior probabilidade de registro: os catastróficos ou os ditos normais? Também foram gastas muitas páginas na literatura para entender se o registro geológico é contínuo ou se contém enormes lapsos. Por outro lado, tem-se consenso de que a configuração da memória terrestre necessita de um conjunto de combinações para que o registro de um evento se preserve. De modo igual, considera-se que eventos que atingem todo o globo dificilmente deixam de ser registrados, pois a grande extensão planetária implica grande energia e/ou persistência de um processo. Tais discussões são importantes porque a Terra é um peculiar sistema de memória em que os registros – os componentes rochosos – podem modificar os próprios processos que os registraram. Como se fosse um caderno no qual quanto maior o número de páginas que nele escrevemos tanto mais podemos mudar o alfabeto com o qual se escreve, de forma que as linguagens nunca se repetem, sendo, por isso, sempre históricas. A Geologia, como disse Darwin, é capaz de produzir grandes visões para o espírito humano, pois compreender a dinâmica terrestre como histórica e irreversível está além do pensamento mecanicista dos séculos XIX e XX.

De fato, o tempo geológico é um grande incompreendido no mundo atual. Suas principais divisões sequer fazem parte dos currículos escolares, embora sejam

antigas as metodologias utilizadas para identificar e documentar os chamados 'marcos estratigráficos'. Um marco é o lugar preciso em uma pilha quilométrica de estratos rochosos onde se dá o limite entre um período geológico e outro. Esse lugar é cientificamente chamado de Ponto e Seção de Estratípico de Limite Global (GSSP, na sigla em inglês). Desde que o Antropoceno foi proposto como nova idade geológica, em 2000, pelo prêmio Nobel de Química, Paul J. Crutzen, e pelo biólogo Eugene F. Stoermer, o debate tornou-se cada vez mais intenso. Para Crutzen, há indícios abundantes para designar esse novo tempo em que os "processos geológicos superficiais estão dominados pelas atividades humanas". Porém, os membros da Comissão Internacional de Estratigrafia da União Internacional das Ciências Geológicas (ICS/IUGS, na sigla em inglês) requerem mais que indícios: é preciso identificar, por meio de várias metodologias, os 'marcos estratigráficos' (GSSP).

Um grupo de trabalho pôs-se, então, a caçar a assinatura do Antropoceno no sistema de memória da Terra. Os resultados vêm sendo cada vez mais esclarecedores, pois mostram o alastramento da pegada geológica humana desde a Revolução Industrial, mas aceleradamente a partir de 1950. Um dos critérios usados tem sido a dispersão nos estratos sedimentares de 'tecnofósseis', isto é, de plástico e microplástico, alumínio metálico e concreto. Outro critério são as assinaturas geoquímicas, que incluem a dispersão de nucleotídeos (^{239}Pu) decorrente da explosão das bombas atômicas, de chumbo ($^{207}/^{206}\text{Pb}$) derivado da gasolina, mas também de pesticidas, nitrogênio e fosfatos nos solos. Têm sido, porém, avassaladoras as assinaturas decorrentes do uso do solo pela agricultura. O transporte de sedimentos

pela atividade humana cobre mais de 50% da superfície continental, e a maior parte dos rios está modificada. As mudanças do nível do mar ($3,2 \pm 0,4$ mm/ano desde 1993) bem como da química da atmosfera (concentrações de CO_2 e CH_4) e da temperatura média global (de $0,6$ para $0,9^\circ\text{C}$ desde 1900) também são reportadas como indicadoras do Antropoceno. Por fim, as inequívocas assinaturas biológicas, dentre as quais a disseminação global de espécies invasoras e a extinção de espécies.

Isso tudo mostra que o impacto ambiental não produz apenas uma mudança na maquiagem do planeta. Mais além, como disse o próprio Crutzen, ele corta no osso do tempo profundo, evidenciando-se na memória da Terra. A admissão oficial do Antropoceno como intervalo do tempo geológico dos últimos 150 anos ainda vai depender de debates na ICS/IUGS. Afinal, trata-se de um tempo que nós, humanos, estamos fabricando. O que traz raciocínios paradoxais, como afirmar que estamos correndo atrás de 'nosso próprio tempo'. Isso poderia parecer uma tautologia digna de um conto mitológico, mas apenas mostra a dificuldade que temos de encarar uma escala muito incomum na nossa cultura: a do tempo geológico da Terra. Também mostra que já foi ultrapassado o limiar da simples poluição local. Daqui para frente, teremos que enfrentar a governança planetária não apenas do ponto de vista das sociedades, mas incluindo aí como elas impactam e sofrem a dinâmica do Sistema Terra. Teremos finalmente que entender, como sugeriu James Lovelock, que o ar e a água não são apenas 'meio ambiente', mas parte inextricável de nossas vidas.

*Chefe do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia da UFRGS

FLAVIO DUTRA/JU



O impacto ambiental causado pela presença humana desde a Revolução Industrial, segundo o autor, seria uma das marcas que caracterizariam o Antropoceno



Brasil à direita



O parque Moinhos de Vento, o Parcão, foi palco de manifestações organizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff

Política Pesquisadores e representantes políticos analisam a ascensão da nova direita

Mais da metade da população brasileira pende à direita: 55% é o número que apontam as pesquisas do Datafolha nos últimos anos em que se mede a inclinação ideológica no país. Esse número parece ter conquistado expressão nas redes sociais, nas intenções de votos e nas ruas. Alguns dos últimos grandes protestos que concentraram massas em diversas capitais do Brasil assumiram o verde amarelo em contraste com o vermelho da esquerda, já acostumada a marchar pelas ruas em manifestações. 1,4 milhões de pessoas, segundo a Brigada Militar, saíram às ruas em um domingo do ano passado para se manifestar a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff e contra o ex-presidente Lula e o PT. Os participantes dos protestos expressavam, ainda, seu apoio ao juiz federal Sérgio Moro e à operação Lava-Jato. O crescimento de simpatizantes da direita se reflete na última pesquisa de intenção de voto realizada pelo Datafolha em abril deste ano: o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC) obteve crescimento representativo de seis pontos em relação ao ano passado. Ele aparece no segundo lugar na corrida à presidência para as eleições de 2018, com 15% de intenção de votos em primeiro turno, empatando tecnicamente com Marina Silva (Rede), com 14%, e apenas atrás de Lula, que ocupa a liderança, com 30%. A popularidade de Jair Bolsonaro coloca o Brasil na onda da extrema-direita presente nas últimas eleições dos EUA e de

alguns países da Europa.

O cientista político Hélgio Trindade observa que a história política brasileira sempre foi dominada por uma combinação entre “lógica liberal” e “prática autoritária”. Isso significa que as forças políticas hegemônicas no Brasil republicano sempre foram “liberal-oligárquicas” (até o fim da República Velha, em 1930) e “liberal-conservadoras” (de 1945 até hoje). “Nunca houve, em nosso país, partidos ‘liberal-democráticos’, como na França (Partido Republicano Radical) ou nos Estados Unidos (Partido Democrata). No Brasil, apesar dessa tradição hegemônica conservadora, os partidos de direita nunca se proclamaram como tais. Hoje, após o ‘golpe parlamentar’, o governo adotou políticas de reforma da direita neoliberal, e o discurso de direita e de extrema-direita se tornaram dominantes”, afirma o pesquisador.

Pensando sobre as razões da ascensão da nova direita nos últimos anos no país, o cientista político e professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Cláudio Couto aponta uma grande reação por parte de segmentos conservadores às políticas de redução da desigualdade adotadas durante os governos petistas. Tanto as voltadas à diminuição das disparidades econômicas (como o aumento do salário mínimo, as transferências de renda, o aumento do crédito) quanto as voltadas à redução de desigualdades relacionadas à identidade

(as cotas raciais, a política de reconhecimento das diferenças de gênero, etc.). “Como o que caracteriza o pensamento de direita é a aversão à igualdade, políticas que acarretem o aumento desta produzam mal-estar. Não se trata necessariamente de uma piora da situação econômica, mas, sobretudo, de uma perda de distinção. O acesso a certos bens de consumo e lugares, que antes era o privilégio de determinados segmentos sociais, foi ampliado, incorporando outros setores”, argumenta. O professor acrescenta ainda que a redução da desigualdade e a adoção de critérios que não se baseiem na origem social ou no mérito formal – como as cotas sociais e raciais e as transferências de renda – ofendem a concepção hierárquica de mundo das camadas conservadoras. O enfraquecimento do maior partido de esquerda do Brasil, ocasionado pelas denúncias de corrupção e pelo impeachment da presidente Dilma, não é, para Cláudio, razão para o aumento de simpatizantes e militantes da direita: “O discurso contrário à corrupção – como se esta fosse uma exclusividade da esquerda ou do PT – se torna um pretexto conveniente para justificar a indignação e a mobilização, sem que se tenha de assumir abertamente o discurso anti-igualitário”.

Já para o Coordenador Operacional do Movimento Brasil Livre (MBL) no Rio Grande do Sul, Pedro Franco, as razões são outras. “A ascensão da direita no Brasil se deu por conta dos

desastres que a política populista de esquerda vinha causando ao país. Era um governo que se dizia dos pobres, mas que, ao mesmo tempo, andava somente com empresários como Joesley Batista e donos de empreiteiras, hoje todos citados por propinas ilícitas. Um governo que se diz da igualdade, mas que durante seu governo deixou como resultado mais de 14 milhões de desempregados”, critica. Para o vice-presidente da Juventude Progressista Gaúcha, Cleber Machado, tudo começou após as pessoas se apropriarem do debate político e pesquisarem mais sobre o pensamento de direita. De acordo com ele, a iniciativa foi reflexo dos escândalos de corrupção nos governos Lula e Dilma. “As pessoas começaram por si mesmas, sem ter um partido organizando, estudando o tema, se formando e criando um discurso principalmente nas redes sociais”, conclui o jovem líder. Cleber destaca a

influência dos estudos de Olavo de Carvalho na formação de simpatizantes dessa corrente. Considerado o pai da nova direita, o escritor e filósofo foi, de acordo com Cleber Machado, um dos pioneiros a mostrar um discurso conservador no pós-ditadura. O vice-presidente da Juventude Progressista Gaúcha observa também a perspectiva religiosa do fenômeno da nova direita. As classes mais baixas recebem grande influência da igreja evangélica neopentecostal, que prega a teologia da prosperidade. “A pessoa acredita que o Cristo dela dá resultado. Ela tende a trabalhar e se esforçar por si mesma. Não quer ajuda do governo, não quer que ninguém se meta. E isso em essência é o pensamento liberal, maior que o pensamento da luta de classe”, declara Cleber.

Cássia de Oliveira,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

A tentação de gritar: fascista!

Hoje, utiliza-se frequentemente o conceito de “fascista” como sinônimo de “extrema-direita” ou de “direita radical”. É o que pondera o cientista político Hélgio Trindade, autor de *A Tentação Fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*: “Trata-se de uma confusão conceitual. Na realidade, houve no Brasil um único movimento fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB/1932-1938), cujo perfil político-ideológico é de natureza diferente”. Conforme Hélgio, tachar a direita de fascista é uma forma de desqualificar o adversário. “Na verdade, os regimes e movimentos políticos de extrema-direita utilizam métodos fascistas, mas eles são arremedos simbólicos. Hoje há grupelhos nostálgicos do fascismo que tentam, sem sucesso, refundar o Integralismo de Plínio Salgado”, afirma o cientista político.



Troca de vivências

Extensão Projeto da UFRGS estimula o voluntariado e a atenção ao meio ambiente

O relógio marca 10h da manhã. O auditório da Fundação Pão dos Pobres está vazio. À medida que o tempo passa, ouço diferentes vozes, que se sobrepõem umas às outras, expressando euforia para a próxima atividade. Júlia, 10 anos, indaga se sou uma nova professora. Abraços são distribuídos e a afetuosidade contagia. Pergunto o que mais a diverte. Ela ri e responde: “Gosto de plantar. Sinto uma ligação com as árvores, parece que sou uma jardineira”. David, 12 anos, concorda e sai correndo para pintar a cerca da horta, que fica próxima ao auditório, nos fundos do prédio.

Os estudantes da Agronomia da UFRGS tentam acalmar a agitação para iniciar a oficina, que ocorre às quintas-feiras, manhã e tarde. O projeto de extensão surgiu via Fundação Pão dos Pobres, que atende cerca de 1.500 crianças carentes. Ofereceu-se, então, espaço para que se construísse uma horta ecológica. Mediados pela professora Magnólia Aparecida Silva da Silva, do departamento de horticultura, alunos de diferentes semestres elaboram as atividades. “Pretendemos passar uma mensagem lúdica, ressaltando a importância das questões ambientais, da alimentação saudável e da solidariedade”, comenta. Nas aulas, iniciadas em agosto de 2016, se discutia o que as crianças consumiam. Para isso, foi feito o desenho de um prato no qual elas ilustraram os alimentos que comiam durante a semana. Em seguida passaram à horta, onde as crianças plantaram as primeiras sementes.



Na horta ecológica, estudantes do ensino fundamental cultivam alimentos na Fundação Pão dos Pobres, em Porto Alegre

Oficinas – Magnólia enfatiza que as atividades são fundamentais para ensinar agricultura urbana: “As hortas em grandes cidades são capazes de proporcionar aos indivíduos a produção de alimentos em suas próprias casas, aproveitando os restos de comida para compostagem. Isso ressignifica o meio urbano e a alimentação”. Ademais, a professora comenta que o estabelecimento de laços com as crianças é algo que gera um grande senso de comprometimento aos alunos. Para Keyrauan Taha, que está no 4.º semestre de Agronomia e participa do projeto desde o seu início, o que ocorre é uma troca de aprendizagens. “Quis me inscrever porque adoro trabalho voluntário. Não consigo mais me imaginar sem as crianças. Aprendi muito, percebi

que preciso ser mais paciente e compreensiva.”

Keyrauan diz que experimentou, no meio de uma das aulas, dificuldade em ajudar uma das crianças que chorou em seu colo. Isso a fez enxergar a realidade de outra forma, percebendo ser essencial ter empatia. “Se pudesse, viria todos os dias. Nesse semestre, trabalhamos com a terra, e as crianças ficaram felizes. Trouxemos quatro tipos de solos”. A criação de laços é inerente às atividades, que fomentam a criatividade para que as crianças se sintam valorizadas. Magnólia concorda com Keyrauan: ela também vê a extensão como um processo de conhecimento e de experiências de vida. “As crianças perguntam o tempo todo. Quando alguém não vem, logo querem saber por quê.

É um afeto de abraço, de esperar esse dia da semana, de querer estar junto e dialogar”.

Teoria e prática – Isabel Cristina Machado, coordenadora pedagógica do Centro de Atendimento Integral do Pão dos Pobres, acredita que houve o fortalecimento das atividades: “A UFRGS aliou teoria à prática, porque as crianças aprenderam a reconhecer as plantas e os tipos de solo. Em um dos dias, fizeram bolo de cenoura e salada de fruta, porque é prazeroso produzir a própria comida”, aponta. O projeto deve continuar, e as crianças estão criando um espaço específico para a horta, delimitada por uma cerca. Para Isabel, isso possibilita responsabilidade, já que agora as crianças cuidarão de um local feito por

elas mesmas.

Quando estou indo embora, Júlia pergunta se voltarei. Digo que não sei, e ela diz para não perdermos o contato e me passa seu Whatsapp. Animada, conta outras atividades que faz na escola: “Aula de violão, tênis, flauta, catequese, futsal. O que eu quero mesmo é atuar. Ser atriz de animação, porque gosto muito da Disney”. Continuamos conversando até o momento em que ela me interrompe: “Tenho que ir pintar, sora. Vamos?”, convida. Volta a colorir, junto de seus colegas. As mãos cheias de tinta enchem de vida a cerca da horta.

Camila Souza,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Dois-pontos

► O início, o fim e o meio

A coluna Dois-pontos nasceu há oito anos como um espaço para comentários sobre o Acordo Ortográfico. O (des)Acordo, como gostam de zombar os portugueses, em razão e apesar da força da lei, parece ter-se naturalizado entre nós. Deu-se adeus ao trema e viu-se diminuírem consideravelmente as palavras com hífen. Foram dois aspectos significativos dessa intervenção regulatória nas práticas de escrita. E, após uma temporada de abordagens sobre o tema, uma vez esgotado, foram-se abrindo outras janelas, dando espaço a comentários sobre ‘dificuldades da língua portuguesa’. O

detalhe é que essas temáticas facilmente tomam direções – ou se pautam pelas expectativas – prescritivas. A aflição das pessoas, até certo ponto compreensível, dada a nossa cultura colonialista, é de que se lhes digam, afinal!, o que é certo e o que é errado. Esse maniqueísmo linguístico, numa sociedade tão pobremente discriminadora, está fora de cogitação para a maioria dos linguistas, mas é um prato cheio para os que enveredam pela gramática normativa. Perfil que sempre se evitou aqui e no magistério. Decidiu-se, então, dar um novo tom à coluna. A bem dizer, optou-se pela liberdade de escrever o que depois se percebeu tratar-se de algo próximo à crônica. Tiradas

algumas amarras temáticas, começou-se a produzir textos que, de alguma forma, tangenciassem assuntos da atualidade de um modo reflexivo. Mais que tomar os fatos em si, que, sem um conjunto de relações, produzem opiniões fáceis, optou-se por refletir a partir deles. Deu-se início, então, à produção de textos sobre temáticas várias – tópicos relativos ao discurso, à recepção, à construção de sentidos. Logo adiante, com a aproximação das três crises – a institucional brasileira, a da estrutura das representações políticas e a da econômica global –, os temas políticos ganharam espaço, o que resultou em abordagens de viés (palavra marcadamente acadêmica) político, balizado pelos limites – não muito

flexíveis nem largos – da mídia. Tem-se, e isso se entende como um compromisso, de trabalhar na direção da formação de uma ótica que desnaturalize a desigualdade, as diferenças – substrato dos privilégios –, os próprios privilégios, a iniquidade distributiva, a miséria, a meritocracia, a ausência de solidariedade. Bem, esse sucinto inventário sobre a coluna para anunciar uma pausa de seis meses para um upgrade acadêmico deste que a escreve. A sensação é de tirar da escola o filho caçula, chamado Dois-pontos, que não irá acompanhar a sua turma nas próximas edições. Mas a experiência na aventura da pesquisa com certeza irá compensar. No mais, até a (próxima) volta!

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br



Pesquisar antes de escolher

Profissão *Disciplina oferecida no Colégio de Aplicação trabalha orientação profissional e discute temas que continuam pertinentes até para quem já está na universidade*

Jacira Cabral da Silveira

A aula começa e estão todos sentados num grande círculo. São 11 garotas e 15 rapazes com idade entre 16 e 17 anos. Não usam uniforme escolar, vestem roupas despojadas, preponderando os tons de azul e de cinza. O ambiente é informal e, com exceção de uma das meninas que está envolvida com o celular (mas não por muito tempo), os demais aguardam o início da aula concentrados. Conversas eventuais e discretas. Eles estão na sala que fica no piso térreo do Colégio de Aplicação, no Câmpus do Vale. A turma é a 302, terceiro ano do ensino médio, e a disciplina, Informação e Orientação Profissionais (IOP), ministrada pelo professor Aduino Locatelli Tauffer. São 10h40min de uma quarta-feira do mês de julho, e a aula começa. Tema do dia: avaliar o seminário ocorrido no último sábado, no auditório do Instituto de Informática da UFRGS, quando foram apresentados os resultados das pesquisas sobre a profissão em que cada um tem interesse em buscar formação.

Essa é a principal etapa da disciplina devido à sua riqueza, comenta o professor, que também ministra as aulas de Português e de Literatura para as duas turmas de terceiro ano do Aplicação. Tal classificação deve-se ao grande número de profissões abordadas pelos alunos e que acabam contri-

buindo para que cada um se desloque das próprias escolhas e amplie seu acervo informacional sobre profissões: “Eu precisaria de, pelo menos, um semestre para vermos tudo aquilo que vocês apresentaram em profundidade”. “A gente não sabe muito sobre muita coisa. Tem profissão que a gente nem faz ideia que exista, muito menos o que ela faz”, diz Gustavo, um dos alunos. Embora não seja matéria obrigatória, desde sua primeira edição, em 2014, a IOP tem 100% de aceitação entre os alunos, e o índice de frequência é altíssimo, relata Aduino, seu idealizador. Ao criar a disciplina, seu objetivo era oportunizar um espaço de tempo a seus alunos durante o qual pudessem pensar sobre os diversos aspectos que envolvem uma escolha profissional, ou simplesmente buscassem responder à pergunta: o que vou fazer quando concluir o ensino médio?

Um dos primeiros a pedir a palavra é Ricardo Ginez. Ele diz ter lido muito sobre a carreira militar para sua pesquisa e, numa avaliação mais ampla, imagina que essa será a sua investida profissional. Mas, ao relatar os aspectos positivos e negativos encontrados durante suas leituras, especialmente no que se refere ao processo seletivo, considera que essa etapa inicial seja bastante excludente, uma vez que para concorrer a uma vaga à Escola Militar é exigido um grande número de exames médicos, dificilmente

oferecidos no SUS, condicionando o candidato a procurar clínicas particulares. Há também o custo com a passagem para o Rio de Janeiro, cidade em que são realizados os testes físicos, na Escola de Cadetes. “Isso me surpreendeu de forma negativa: quem pode entrar lá?”, questiona-se.

Os demais depoimentos seguem sem interrupções. Todos querem opinar a respeito da disciplina. Assim como Ricardo, mais estudantes comentam a pertinência da proposta, porque jamais, por iniciativa própria, achariam tempo para pensar de forma tão sistemática a respeito de uma futura carreira, tampouco teriam a oportunidade de ampliar sua visão sobre o tema ao discutir com os colegas. Discussão, aliás, que encontra vários pontos de coincidência, como bancar suas escolhas quando pais ou parentes procuram interferir. É o caso de Luiza Menezes, cuja avó, a cada visita da neta, apresentava-lhe uma nova opção profissional, frequentemente citando o exemplo de suas primas já formadas em carreiras ‘rentáveis’. Mal sabe ela que uma das opções cogitadas pela neta é estudar Filosofia.

A primeira atividade da disciplina é a leitura e discussão do texto *Fazer o que se Gosta e Gostar do que se Faz*, de Stephen Kanitz, formado administrador de empresas por Harvard. Aduino faz seus comentários apenas no final; acha importante que a turma discuta

entre si antes de trazer a sua experiência. Esta vem na forma de relato quando conta aos alunos como foi difícil para ele definir-se profissionalmente. Embora desde muito jovem gostasse de questões voltadas às Letras, o preconceito com relação ao curso, principalmente no quesito salarial, sempre o afastou dessa opção. Foram necessários quatro anos de Arquitetura e dois de Direito para que, pela segunda vez, um professor o chamasse para dizer que ele estaria realizado se fizesse Letras. E assim ele fez. Em dez anos cursou graduação, fez mestrado e doutorado, estando preparado profissionalmente com mais de 35 anos de idade.

“Quando conto essa história, muitos dos meus alunos choram”, isso porque percebem no professor o dilema que muitos enfrentam, seja por pressão familiar, seja por desconhecimento/indefinição, seja pela angústia de corresponder à exigência social da escolha de uma profissão. “Fazer uma opção profissional nessa faixa etária é muito precoce”, avalia o professor. “Eles acabam escolhendo pelo retorno financeiro, aquela que vai pagar mais, ou pela pressão familiar, que ainda é bastante frequente”, complementa. Por isso, outro momento fundamental na disciplina, de acordo com Aduino, é a atividade projeto de vida: “Acredito que, para se fazer uma escolha profissional, é preciso se conhecer. Não posso fazer Engenharia se tenho horror à

Matemática e à Física. Vai ser muito sofrido, eu não vou conseguir o desempenho esperado”. O projeto de vida tem o intuito de descobrir quais são os talentos, as habilidades e aptidões que eles têm.

Já passaram pela IOP 280 alunos. Um deles é Roberto Geruntho Salaberry, que frequentou a disciplina em 2014. Hoje ele trabalha no Hospital Mãe de Deus, no setor responsável pela movimentação dos pacientes internados; como transportá-los do leito para o bloco cirúrgico ou da emergência para o leito. Embora reconheça que a disciplina do Aplicação o ajudou a confirmar sua vocação, comenta que ela teve origem em casa, convivendo e ajudando a cuidar da avó quando esta adoeceu. Ele estava com 13 anos e recorda especialmente o dia em que a avó precisou ser levada de ambulância ao hospital, e os técnicos em enfermagem foram muito cuidadosos ao realizar seu trabalho. “Isso me despertou uma vontade imensa de ser socorrista”, relata. Para ele, frequentar a IOP foi significativo para que ele enfrentasse melhor a ansiedade de final de ensino médio pela “pressão social implícita do vestibular”. Nesse sentido, ele diz que a disciplina representou um norte para sua escolha: “Consegui traçar um caminho para atingir meu objetivo maior, começando como técnico em enfermagem, porque preciso de um retorno financeiro. Meu desejo é fazer Medicina”.



Roberto Salaberry cursou a disciplina de Informação e Orientação Profissionais que, afirma, o ajudou a traçar um caminho no mercado de trabalho

A crise é de rec

Rio Grande do Sul *Renda não cresce e a sonegação segue sendo um problema*

Uma repórter da TVE, no dia em que ela mesma noticiaria a extinção da Fundação Piratini, mantenedora da televisão educativa, foi homenageada com duas estatuetas do Prêmio ARI (Associação Riograndense Imprensa). “Recebemos dois prêmios por uma matéria e um programa. É claro, o trabalho dos funcionários não é bom suficientemente”, ironiza. Horas depois, já na madrugada do dia 21 de dezembro, após muita discussão e o revezamento dos parlamentares opositoristas ao governo na tribuna da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei 246 que propunha a extinção de seis fundações do estado foi aprovado. Em meio à crise de receita e ao decreto de calamidade financeira anunciado pelo governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, a medida é defendida como uma das propostas de enxugamento de gastos.

O polêmico pacote de austeridade tramita na Assembleia Legislativa desde o final do ano passado. Em votação na semana que antecedeu o Natal, quando a Praça da Matriz foi transformada em campo de batalha com o cercamento do prédio

do Legislativo pela Brigada Militar, embates entre policiais e manifestantes que protestavam contra a iminente aprovação das medidas ocorriam diariamente. Ao todo, somente na madrugada do dia 21 de dezembro, foi aprovada a extinção de oito fundações. Nas galerias do Legislativo, o choro e os gritos de tristeza e revolta de funcionários pairavam sobre o ambiente em um clima de consternação geral.

Dois dias depois, os deputados derrotaram a PEC do Duodécimo por 29 votos a 19. A Proposta de Emenda Constitucional 260 pretendia modificar o critério no repasse dos recursos orçamentários aos órgãos do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. A pressão dessas categorias no Salão Júlio de Castilhos – antessala do plenário, onde a política realmente acontece na Assembleia – daria parcialmente certo: não houve diminuição de verbas ao Judiciário.

Falta de recursos – As contas não estão fechando: com um déficit estimado em R\$ 3 bilhões para 2017 no início do ano, a Secretaria Estadual da Fazenda atualizou a projeção de rombo

financeiro para até R\$ 4 bilhões em um panorama de muitas dificuldades neste segundo semestre. Em 2016, o saldo orçamentário negativo ficou em R\$ 148 milhões – bem menor que o projetado – em razão do ingresso de receitas extraordinárias, como a venda da folha de pagamento do funcionalismo estadual ao Bannrisul e recursos da ação do Estado contra a Ford, que não se repetirão. Ainda assim, a Fazenda argumenta que faltou pagar quase R\$ 2 bilhões em débitos do ano passado que estão sendo quitados em 2017. Exemplo disso é o pagamento parcelado do 13.º salário de 2016 neste ano.

Dessa forma, a remuneração fracionada dos salários é inevitável, segundo o governo do Estado. Em resposta a uma crítica, o governador José Ivo Sartori postou em sua página do Facebook os extratos de sua conta bancária para mostrar que também recebe de forma parcelada. “O parcelamento não é uma questão de vontade, mas um problema estrutural do Estado. Tudo o que eu quero é que não tenhamos mais que passar por esse constrangimento. Não há milagre, mas de mim podem esperar todos os

esforços possíveis para buscar o equilíbrio financeiro – sem promessas fáceis e demagogias”, escreveu no post de maio do ano passado.

A folha de abril de 2016 teve pagamento fracionado com o primeiro depósito individual de R\$ 2 mil aos servidores do Executivo. A situação piorou ao longo do ano com pequenas variações, culminando em outubro com pagamentos iniciais de R\$ 450. Além de protestos nas ruas e nas redes sociais, corporações como a Polícia Civil colocaram em prática operações-padrão, ou seja, somente casos de emergência eram atendidos. A ordem era não sair para o cumprimento de outras ações. Em agosto, as manifestações de repúdio chegaram aos quartéis da Brigada Militar, corporação proibida por lei de realizar greves. Assim, as mulheres e os filhos dos soldados tomaram a frente dos protestos.

Neste ano, o pagamento da folha segue parcelado e, por enquanto, não há previsão de modificação do cenário. Em 31 meses de governo, 20 foram de parcelamento de salários. Mesmo a possibilidade da renegociação da dívida do Estado

com a União, que poderia dar um fôlego de três anos no pagamento das parcelas mensais do débito, ainda não tem prazo para sair do papel. O governo federal tem exigido contrapartidas que o Rio Grande do Sul não tem condições de atender, tais como as privatizações da CEEE, Sulgás e Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Assim, a assinatura do Plano de Recuperação Fiscal permanece apenas no horizonte.

Mesmo que o Piratini vença essa quebra de braço com o Ministério da Fazenda, haverá embate na Assembleia Legislativa. Com uma opinião mais moderada entre os críticos à proposta, o deputado Eduardo Loureiro (PDT) ressalta que as obrigações a serem cumpridas pelos estados devedores são desproporcionais às vantagens. “Estamos tratando apenas da postergação da dívida, pois não haverá um centavo de redução do estoque do débito. Ao contrário, haverá juros a serem pagos no final do contrato. A alienação de bens públicos e a proibição de realizar eventuais contestações judiciais são exigências desproporcionais”, considera.

Falta fiscalização

Críticos às medidas de enxugamento de gastos ressaltam que o Piratini deveria buscar arrecadar mais a partir do combate à sonegação fiscal. Conforme o Sonogômetro RS – projeto implementado no estado a partir da experiência do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) –, já foram sonegados R\$ 4 bilhões em impostos no Rio Grande do Sul em 2017. O instrumento faz o cálculo com base na receita estimada e no que deixa de ingressar nos cofres públicos.

De acordo com o presidente do sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual (Afocefe), Carlos De Martini Duarte, a raiz da crise não está no tamanho do Estado, mas na diminuição da fiscalização de tributos. De Martini destaca que o governo vende a ideia da falência e da necessidade de diminuição da máquina pública. “Fizemos um trabalho para tentar desmistificar o discurso da

crise. Defendemos que esse discurso tem o propósito de precarização dos serviços por ele oferecidos. Não à toa, o governo aplicou um ‘tarifaço’ (elevação das alíquotas de ICMS), e o problema do parcelamento dos salários continua exatamente igual”.

A estratégia de monitoramento da arrecadação de tributos foi se modificando ao longo dos últimos anos no Rio Grande do Sul com a adoção da nota fiscal eletrônica – processo ainda não concluído plenamente – e o fechamento de postos de fiscalização do Tesouro do Estado. De 16 postos que antes existiam, restam seis – nos municípios de Torres, Vacaria, Barracão, Marcelino Ramos, Nonoai e Iraí. Com isso, o presidente da Afocefe diz que a BR 290 se tornou a “transcontrabando”. “Acreditamos que a unidade de Guaíba era a principal porque aferia as transações internas de mercadorias. Hoje a rodovia que liga Osório a

Uruguiana é livre passagem para bebidas que vão ser entregues para bares de Santa Catarina vindas do Uruguai, assim como passam armas e drogas”.

Já o subsecretário adjunto da Receita Estadual, Paulo Armando Cestari, rebate o argumento do representante sindical. “Nesses postos que seguem abertos passa 99% do transporte de cargas do RS. Os demais foram fechados após estudos que mostraram que eram inviáveis economicamente e que não davam retorno financeiro. Por exemplo, em Morrinhos do Sul, colocamos uma câmera OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres, que faz escaneamento do interior de um veículo) para averiguar os caminhões que passam pela região. O resultado mostra um movimento baixíssimo porque as estradas são ruins”. Cestari destaca ainda que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) analisou em 2014

o fechamento de tais postos fiscais e aprovou a medida.

Segurança – Em contrapartida, o presidente da Afocefe, Carlos De Martini, rebate a argumentação da Fazenda e destaca que a fiscalização também pode evitar o ingresso de produtos proibidos, como armas e agrotóxicos. “O monitoramento não tem relação somente com a arrecadação, mas também com segurança e saúde pública. Pela nossa fronteira seca ingressam produtos proibidos no mundo inteiro para serem utilizados na agricultura. Os contrabandistas entregam nas fazendas sem que haja qualquer fiscalização”, justifica.

Dados da Polícia Federal mostram que a apreensão de agrotóxicos não diminuiu. No ano passado, foram apreendidos 5.057 kg de produtos ilegais no país, enquanto em 2015 deixaram de ser comercializados 1.900 kg após ação da PF. O delegado Sérgio Edu-

ardo Busato, do setor de investigação e combate ao crime organizado da corporação, acredita que a presença do Estado nas estradas é importante, mas não é o fator que leva a grandes flagrantes de contrabando no país. “O trabalho ostensivo não tem resultado prático porque os criminosos utilizam batedores quando se trata de cargas mais valiosas. Em cidades do interior, a qualquer movimento de efetivo, os criminosos ficam sabendo e não utilizam aquela região. Assim, apostamos nas ações de inteligência direcionadas”, explica.

Nas estradas – O governo entende que o sonegador não está nas rodovias. Conforme o subsecretário adjunto da Receita Estadual, a sonegação vultosa ocorre nas empresas de grande porte. Paulo Cestari destaca que a prática mais usual é a criação de créditos fiscais falsos, ou seja, compensação inidônea de ICMS. O exemplo

mais comum é o de empresas criadas especificamente para falsificar a venda de insumos para uma indústria, que por sua vez abatem o imposto, apesar de as transações comerciais não terem sido realizadas.

Cestari diz que é muito difícil aferir o tamanho da sonegação, pois é “aquilo que está escondido”. O governo defende o uso da tecnologia contra a sonegação. Em 2015, a Secretaria da Fazenda adquiriu a plataforma digital BigData, que permite cruzar dados das empresas em busca de indícios de evasão fiscal. O uso do mecanismo vem sendo aprimorado, e cresceu a verificação da evasão de tributos. No primeiro semestre de 2017, foram identificados cerca de R\$ 1 bilhão sonegados. De acordo com o professor do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS Eugenio Lagemann, fundamental é descobrir o setor que sonega, e não o rombo feito pelos sonegadores. “É preciso



Em novembro pas

ceita?



Operação Pescado, manifestação em frente ao Jardim Botânico lutava contra extinção de fundações proposta pelo governo do Estado. Medida foi aprovada pela Assembleia Legislativa em 21/12/2016

dizer se a evasão de impostos está nos combustíveis, na energia elétrica ou no varejo supermercadista. Depois de se saber onde está, eleva-se a fiscalização nesses setores.”

Como não é possível deixar de emitir notas fiscais nas grandes companhias, a criação de “empresas laranja” para concessão de créditos fiscais por compra de matéria-prima inexistente é uma prática investigada pela Secretaria da Fazenda e pelo Ministério Público. Exemplo recente é a Operação Pescado, deflagrada pelo MP em 2015. Foi detectado um esquema de fraude fiscal milionária no ramo atacadista de pescados em Rio Grande. Criminosos utilizavam empresas de fachada para a remessa de peixes para outros estados e, assim, burlavam a tributação. Em cinco meses, cerca de 5 milhões de quilos de pescado foram vendidos; R\$ 1 milhão deixou de ser arrecadado em ICMS.

“Esse tipo de estratégia cres-

ce muito porque as situações mais corriqueiras de notas fiscais ‘calçadas’ ou clonadas já não podem ocorrer porque a nota fiscal eletrônica fechou o cerco. Qualquer operação necessita de nota”, ressalta o coordenador da Promotoria de Justiça de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, o promotor Aureo Gil Braga. Além do caso recente da metade Sul, outras investigações a empresas estão em andamento.

O professor Eugenio Lagemann confirma que a fiscalização deve ser focada nas grandes empresas. “O perigo de ser flagrado sonegando deveria ser de 100%. Como não há condições humanas e materiais de identificar tudo, que sejam determinados os setores a serem fiscalizados. O importante é mostrar que todas as empresas estão sendo acompanhadas com fiscal lá dentro da fábrica. É uma questão de justiça tributária até para mostrar e destacar os bons contribuintes”, adverte.

Para elevar a arrecadação

Entidades sindicais vêm sugerindo medidas de combate à sonegação e à elevação da receita do Rio Grande do Sul. O Sindifisco/RS tem cinco propostas que, afirma, poderiam gerar R\$ 5 bilhões ao ano. Entre as proposições, está o resgate das perdas com a Lei Kandir. De acordo com o diretor-técnico da entidade, Jorge Ritter, o repasse poderia auxiliar no combate ao déficit financeiro. “O Estado recebe 140 milhões por ano quando deveria receber R\$ 3 bilhões. Claro que nem tudo virá, mas uma parte substantiva pode vir. Um esforço conjunto dos deputados deveria ser implementado nesse sentido”, assevera.

O Rio Grande do Sul é o estado com menor número de auditores-fiscais do país: são aproximadamente 450. A estimativa do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária (Sindifisco/RS) é que cada um gere pelo menos R\$ 30 milhões por ano aos cofres públicos em autuações. Em resposta, o subsecretário adjunto da Receita Estadual, Paulo Cestari, diz que, paulatinamente, os últimos aprovados em concurso serão nomeados. Noventa auditores fiscais foram chamados em 2016.

Outro ponto problemático nas contas públicas é a desoneração fiscal: a conta desses benefícios fiscais concedidos a empresas dos mais diversos setores

soma R\$ 9 bilhões ao ano para os cofres estaduais. Muitos desses valores estão na chamada “caixa preta”. “Por força da lei, não podemos abrir todas as contas e detalhar os benefícios fiscais. Porém, divulgamos os setores que recebem isenções”, ressalva Cestari. Na proposta do Sindifisco, algumas isenções poderiam ser transformadas em redução de cálculo do ICMS por setor. Assim, quem não paga nada contribuiria com 5% em imposto. Segundo ele, a alternativa tem potencial para injetar R\$ 700 milhões em receita.

O diretor de comunicação do sindicato, Christian de Azevedo, considera que o governador tem um viés empresarial de redução de despesas, com olhar pouco voltado para aumento da receita. “O Estado não deve agir somente no corte de gastos. Em uma empresa, se as vendas não forem cuidadas, ela vai quebrar. Ou seja, a receita é imprescindível. Tanto que propusemos como critério para compras públicas a nota fiscal eletrônica, que tem os valores de varejo como parâmetro de preços e não a pesquisa com meia dúzia de empresas que muitas vezes acordam preço para oferecer mais caro ao Poder Público”, sustenta. Conforme o Sindifisco, somente essa medida poderia resultar em uma economia de R\$ 1,52 bilhão ao ano.



“O mercado anuncia de tudo para a criança”

Isabella Henriques
Diretora do Instituto Alana fala sobre a publicidade dirigida ao público infantil e suas consequências

Para especialistas, a obesidade infantil, os valores consumistas, a erotização precoce e o enfraquecimento de valores democráticos são algumas das consequências do direcionamento de publicidade ao público infantil. Segundo Isabella Henriques, advogada do Programa Criança e Consumo, do Instituto Alana, o mercado identifica a criança como uma consumidora múltipla porque, além de representar ganhos hoje e no futuro, ela também promove o consumo dentro de casa. O Programa busca a garantia de condições para a vivência plena da infância ao debater sobre a publicidade de produtos e serviços dirigidos às crianças e apontar meios de minimizar e prevenir as consequências dessa comunicação mercadológica.

Como começou o Instituto Alana e o programa Criança e Consumo?

O Alana iniciou em 1994 com um trabalho de atendimento especialmente a crianças e adolescentes em São Miguel Paulista, no Jardim Pantanal, que é uma região de extrema vulnerabilidade socioeconômica na cidade de São Paulo. Em 2006, é criado o programa *Criança e Consumo*, e o Instituto passa a ter uma atuação nacional. Por volta de 2011, o Alana entra em outras áreas, como educação e comunicação. Hoje são oito ou nove programas com foco na infância. O *Criança e Consumo* completou dez anos de atuação no ano passado. A nossa missão é fomentar a reflexão acerca dos malefícios da publicidade voltada ao público infantil e do consumismo na infância. Fazemos isso de diversas formas, como por meio dos filmes *Criança, a alma do negócio* e *Muito Além do Peso*, da produtora Maria Farinha Filmes, vinculada ao Instituto Alana; pela atuação na área jurídica, recebendo denúncias de publicidades abusivas direcionadas ao público infantil,



A advogada Isabella Henriques recomenda aos pais que olhem para a publicidade com mais crítica

fazendo uma análise desses casos e enviando para os órgãos competentes; pela incidência política no âmbito do legislativo, trabalhando para que seja totalmente proibido o direcionamento de publicidade a crianças de 0 a 12 anos no país; e, também, por meio da divulgação do que fazemos, conscientizando e mobilizando as pessoas para que elas reflitam sobre o tema.

O que abrange a publicidade infantil?

Tudo. Ela independe do produto. Pode ser um exterminador barata, um automóvel, pode ser um produto cujo o consumo inclusive seja proibido a crianças. O que vai fazer dela uma publicidade voltada ao público infantil é a linguagem, a forma como ela vai se dirigir a esse público – por meio de cores, de música, de atores, de personagens que habitam o mundo infantil. Existe uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a Resolução 163, que traz alguns indicadores para identificar se uma publicidade é ou não voltada ao público infantil.

Quais são as consequências?

A obesidade infantil, a formação de valores consumistas, a massificação dos gostos e desejos, a erotização precoce, o aumento da violência, o enfraquecimento de valores democráticos, uma série de consequências que são multifatoriais. A publicidade voltada ao público infantil não é a única

responsável, mas ela contribui para que as dificuldades aconteçam. Então, é claro que você pode ter um problema de obesidade infantil que seja relacionado à falta da prática esportiva, de atividade física, de uma alimentação balanceada na escola. No entanto, a publicidade que fala diretamente à criança – aproximando-a de produtos alimentícios com altos teores de sódio, gordura saturada, gordura trans, açúcar e bebidas com baixo teor nutricional – está diretamente associada à obesidade infantil.

Hoje, a publicidade, muito mais do que vender produtos, vende ideologia. Vivemos em uma sociedade consumista. As relações afetivas nela são mediadas pelo consumo. Não basta você ‘dizer’ para a pessoa que você a ama, você tem de dar um presente. O dia das crianças é um exemplo clássico disso. Se a criança não ganha o presente nesse dia, ela sente mal. Isso gera uma pressão enorme sobre os responsáveis por essas crianças e todo um estresse familiar.

Na sua avaliação, como o mercado vê a criança?

Ela vê como uma consumidora três em um: ela é a consumidora hoje, é a consumidora do futuro e é a promotora de vendas dentro de casa. Segundo as pesquisas, a criança tem um poder de influência nas compras de casa que chega a 80%. Isso diz respeito a praticamente todos os produtos, do alimento ao automóvel. Logo,

o mercado anuncia de tudo para a criança, porque ela tem esse poder de influência. O mercado também anuncia para aquela criança que já é consumidora hoje para que o seja no futuro também. Se a criança constrói uma relação afetiva com uma determinada marca, ela vai levar esse afeto para a vida adulta, continuar consumindo o produto e comprar para os seus filhos. É o que os estadunidenses chamam de uma estratégia que vai do berço ao túmulo. É assim que o mercado vê a criança.

Como funciona o discurso publicitário infantil?

A publicidade hoje não está exclusivamente no intervalo comercial da televisão. Ela está na internet, dentro das escolas, nos parques, nas praças, nas praias, em todos os lugares onde estão as crianças. Ela se sofisticou muito também. A publicidade não fala “compre este produto; sem este produto você não vai ser feliz”, mas ela fala a mesma coisa com uma linguagem muitíssimo mais elaborada e que traz esses valores.

Como deve ser feita, então, a publicidade de produtos infantis?

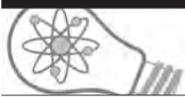
A publicidade de produtos infantis deve ser dirigida ao público adulto, a quem tem não apenas o poder de compra, mas a capacidade cognitiva de discernimento para responder a esses apelos. É muita covardia você anunciar para uma criança, porque ela ainda não entende o caráter persuasivo dessa mensagem e a complexi-

dade das relações de consumo. A nossa questão não é a publicidade em si nem o produto, a questão é uma publicidade dirigida a um público de 0 a 12 anos de idade. É uma análise que tem que ser feita no âmbito da casuística.

Como deve ser o posicionamento dos pais em relação a isso?

Eles também são vítimas. Acho que é muito importante que não culpemos os pais, porque o mercado fala diretamente com os seus filhos sem lhes pedir licença. O que recomendamos para os pais é que primeiro conheçam essa discussão e olhem para a publicidade com mais crítica. Outro ponto superimportante é o exemplo que eles dão a seus filhos, porque as crianças se miram muito nos pais. Falar *não* é essencial para o desenvolvimento, porque a vida não vai o tempo todo falar *sim*. Agora, a família sozinha não vai conseguir lutar contra uma indústria bilionária que está em todos os lugares, falando para seus filhos “compre, compre, compre!”. Tem uma hora em que a mãe não aguenta. Por que cabe a ela dizer não enquanto a publicidade está sempre dizendo? Por que fica com a família essa responsabilidade? Por isso é importante conhecer a discussão, fazer denúncias, exigir que políticas públicas sejam feitas, que a legislação seja cumprida.

Vanessa Petuco,
estudante do 5.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Seguros e eficazes

Saúde *Investimentos em nanotecnologia permitem a produção inovadora de remédios*

A nanotecnologia é recente: se desenvolveu ao longo dos últimos 20 anos e é apontada como uma aliada na cura de doenças. É a ciência que estuda o conjunto de moléculas que medem de 1 a 100 nanômetros, que equivale a um bilionésimo do metro. Devido ao tamanho reduzido, essas estruturas apresentam propriedades diversificadas e inovadoras, com aplicações na indústria farmacêutica e de cosméticos. A UFRGS tem um centro pioneiro de supercomputação para a realização de experimentos nessa área e lançou ao mercado o primeiro produto feito apenas com nanotecnologia biodegradável – o fotoprotetor “Photoprot FPS 100”, para a linha Cosmiatric da Biolab, empresa parceira da Universidade.

A nanotecnologia causa menos riscos para a saúde, pois as partículas produzidas carregam o medicamento de maneira preferencial ao local de ação. Para a professora Sílvia Guterres, coordenadora da Rede de Nanotecnologia Farmacêutica da CAPES e professora do curso de Farmácia da UFRGS, o que ocorre é a diminuição dos efeitos colaterais indesejáveis: “Se a gente tem ativos cosméticos em nanocápsulas, consegue-se fazer com que cheguem à camada exata da pele. A pesquisa é direcionada à tecnologia de produção desses novos materiais”, explica. Foi Sílvia, juntamente da professora do Instituto de Química da UFRGS Adriana Pohlmann, que desenvolveu o fotoprotetor que confere bloqueio total à radiação solar. A pesquisa científica feita na Universidade já publicou mais de 250 artigos nessa área. O próximo objetivo é

o lançamento de anestésicos feitos com nanotecnologia, que prologam a duração da anestesia local e a iniciam mais rapidamente. “Também criamos produtos para tratar a calvície. Nesse momento, o nanoanestésico se encontra em fase final de registro, devendo entrar no mercado num futuro próximo”, comenta Sílvia. A patente do medicamento já foi concedida, e a Biolab vem realizando os últimos testes.

Pesquisa contínua – Hugo Verli, professor do Centro de Biotecnologia, estuda ferramentas que possam entender a influência do comportamento das moléculas em patologias. Para ele, a nanotecnologia é um investimento interessante, já que pode ser feita com o auxílio do computador, reduzindo custos. Assim, antes de se testarem as nanopartículas em solução, é possível testá-las dentro do computador. “Olhar uma molécula é difícil, com elevado custo. Deve-se investir em um microscópio computacional, ou seja, utilizar o computador como lente de aumento para estudar essas estruturas. Investir em máquinas modernas diminui os gastos e é essencial para estudar reações químicas e planejar fármacos”, pontua. É relativamente comum por parte da sociedade questionar se esse método computacional é confiável. Verli alega que todos os estudos científicos têm limitações e que nada é absoluto. “Se você faz perguntas e analisa os resultados na perspectiva de como o modelo foi produzido, provavelmente chegará a um resultado confiável. As

proteínas, tridimensionais, variam sua forma conforme o tempo, e só se vê isso pelo computador, onde conseguimos descrever e comparar com dados experimentais”, conclui.

Verli analisa proteínas, como as glicoproteínas (formadas por açúcares), que podem ser colocadas na superfície de nanopartículas. As proteínas realizam o reconhecimento das células, permitindo a reação a agentes invasores, como as bactérias. Quando estão ligadas às nanopartículas, as especificam e servem como identificadores celulares. Destaca ainda que são essenciais para se saber se o paciente tem alguma patologia em seu organismo: “Se houver algum tumor ou câncer, mudará a composição de açúcar na superfície da molécula. Então, se você pensar no surgimento de doenças e no envelhecimento, por exemplo, tudo isso envolve de uma maneira ou de outra esse tipo de molécula, que é alvo para o desenvolvimento de novos fármacos e de biotecnologia. Há aplicações amplas que se encaixam no ramo da nanotecnologia”, afirma. As proteínas diminuem os impactos socioambientais, pois não são tóxicas, não geram resíduos e se degradam naturalmente. Reações químicas feitas na indústria costumam utilizar reagentes poluentes e caros, o que torna, para Verli, imprescindível a criação de proteínas capazes de mudar essa realidade.

A relação entre proteínas e nanotecnologia é cada vez mais estudada para garantir mais segurança às pessoas. É simples de compreender por que a terapêutica envolvendo nanociência é eficaz:

ao se ligar a proteína à superfície de nanopartículas, essas células vão liberar o fármaco apenas no local de interesse, e não em todo o organismo. Hugo Verli ressalta que a nanotecnologia também favorece os processos industriais: “Se tenho uma enzima feita por aminoácidos, que pode ser usada na indústria e que, todavia, não aguenta a elevada temperatura do processo, posso mudar isso a ligando a uma nanopartícula. Assim, haverá resistência ao calor. A enzima aguentará a agressividade do meio ambiente”, explica.

Investimento e perspectiva – O desenvolvimento de novos fármacos é bastante caro e demora até 15 anos, com custos estimados em torno de 2 bilhões de dólares. Se surgirem patologias novas hoje, precisará de mais de uma década para se chegar à cura. Os medicamentos causam reações colaterais potencialmente danosas; as nanopartículas, entretanto, controlam esses efeitos. Ademais, permitem ao paciente que administre o tempo do remédio de acordo com as suas próprias necessidades – um medicamento que deveria ser tomado várias vezes ao dia pode ser ingerido uma vez por semana, visto que dentro da nanopartícula o fármaco vai se liberando devagar. Há anti-inflamatórios que já usam exclusivamente nanotecnologia em sua composição. Medicamentos que não se dissolvem bem em água têm esse problema resolvido com nanopartículas hidrofílicas, permitindo a distribuição no organismo, o que é outra vantagem dessa ciência.

A UFRGS conseguiu, neste ano, a aprovação para comprar o primeiro microscópio de alta performance. O professor Paulo Fernando Fichtner, do Instituto de Física, criou o centro de microscopia eletrônica da faculdade em 1997 e defende que o equipamento vai melhorar a análise das propriedades das partículas; todavia, devido ao contexto político e econômico de recessão, não se sabe quando o aparelho será adquirido. O estudo da nanotecnologia em compostos inorgânicos e a respectiva estabilização das nanopartículas são linhas de pesquisa que seriam facilitadas com a aquisição do microscópio.

Cresce entre os estudantes a procura por trabalhos de pesquisa em nanotecnologia. Luiza Abrahão Frank, graduada em Farmácia pela UFRGS, está realizando o doutorado na área e vê essa ciência como um desafio: “Estou no laboratório de nanotecnologia desde 2011, quando surgiu a chance de trabalhar no grupo da professora Sílvia Guterres. Vi uma oportunidade de pesquisa em algo promissor e inovador. O grupo tem renome internacional, o que torna um desafio fazer parte disso”, relata. Luiza trabalha na produção de medicamentos em forma de nanopartículas, feitos em parceria com empresas e financiados pelo CNPq. Estão sendo produzidos, também, nanocarregadores inteligentes para a vetorização de fármacos, visando à maior especificidade terapêutica.

Camila Souza,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/ UJ



Rafaela Gazzi, bolsista de iniciação científica no Laboratório de Nanotecnologia, atua em pesquisa



Cultura também gera renda

Coleção *Atlas busca dimensionar o impacto econômico da produção cultural no país*

Muito se tem discutido sobre a economia da cultura, ou seja, a expansão da área cultural como uma atividade econômica organizada. Entretanto, o impacto que os setores culturais causam na economia ainda é pouco contabilizado. Nesse sentido, o Ministério da Cultura, em parceria com a UFRGS, por meio do Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura (Neccult), lançaram os dois primeiros volumes da coleção *Atlas Econômico da Cultura Brasileira*.

Ana Leticia Fialho, diretora do Departamento de Estratégia Produtiva da Secretaria da Cultura do MinC e uma das organizadoras do Atlas, explica que o projeto surgiu de uma necessidade de se terem indicadores para se saber o impacto da cultura na economia e, a partir desses dados, elaborar políticas públicas mais direcionadas. A coleção, que terá ao todo seis volumes, é focada em quatro eixos: empreendimentos criativos, mercado de trabalho, políticas públicas e mercado internacional. Os dois volumes lançados até agora são uma coletânea de contribuições metodológicas em que estão reunidos esforços de especialistas de todo o país, inclusive da UFRGS, além de parceiros internacionais – Holanda e Espanha. No primeiro livro da coletânea, há estudos metodológicos, exemplos de estudos setoriais e capítulos sobre jogos digitais, audiovisual, livros. No segundo, os capítulos são específicos sobre cada um dos quatro eixos.



Mostras em museus costumam usar recursos de leis de incentivo

“Não há um documento oficial do governo brasileiro que diga quanto é o PIB da cultura, quantos são seus trabalhadores, quanto dinheiro público é investido, quantas exportações gera. Não era possível fazer esse esforço sem ter essas duas obras iniciais”, esclarece Pedro Perfeito, doutorando de Economia da UFRGS e um dos integrantes do projeto.

Além de servir para o poder público, o *Atlas* serve como uma ferramenta para pesquisadores e estudantes que se interessem pelo campo da gestão cultural – além dos próprios segmentos que

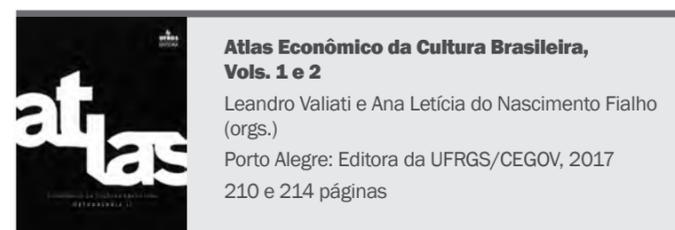
compõem essa produção. “No momento em que os setores têm esses dados, eles podem redefinir suas estratégias, tomar decisões voltadas a maior competitividade, a um melhor desenvolvimento de seus negócios”, ressalta Ana Leticia. Nesses dois primeiros volumes já é possível perceber a importância da cultura mesmo em períodos de crise, sendo este um dos setores que menos sofreu, mantendo um crescimento no número de empregos. “É muito importante, num momento em que se problematizam tanto os recursos que são investidos na cultura, mostrar que

há outro lado. Ou seja, que cultura também é geradora de emprego, de renda, da internacionalização da economia brasileira – são setores dinâmicos”, afirma Pedro. Ana acredita que há um grande potencial na cultura para promover o desenvolvimento sustentável

– aliando a dimensão econômica com a social. “Nós precisamos conhecer justamente os setores em maior profundidade para, ao lado do poder público, poder formular políticas e estimular ainda mais esse crescimento”, assevera.

A sequência da coleção serão quatro volumes empíricos. Pedro adianta que o primeiro será lançado em julho, apresentando a contribuição econômica de dez setores. Em seguida, os livros se sucederão pelos seguintes eixos: mercado de trabalho (número de trabalhadores, salários, distribuição por sexo por faixa etária e formação); políticas públicas (debatendo a Lei Rouanet, o Fundo Nacional de Cultura e o Vale Cultura); e, por fim, o eixo internacionalização (uma olhar para exportação e importação). Os dois primeiros livros, lançados pela Editora da Universidade e pelo CEGOV, estão disponíveis para download gratuitamente no portal do Ministério da Cultura e do Neccult.

Paula Barcellos,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Atlas Econômico da Cultura Brasileira, Vols. 1 e 2

Leandro Valiati e Ana Leticia do Nascimento Fialho (orgs.)

Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017

210 e 214 páginas



Genealogia da Ferocidade

Silviano Santiago | Recife: CEPE, 2017

120 páginas | R\$ 40,00 (preço médio)

Domando o monstro

Em texto produzido para figurar como prefácio à edição do romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, pela Biblioteca Ayacucho (Venezuela), o ensaísta Silviano Santiago debruça-se sobre a obra monumental do escritor mineiro e as aproximações críticas que buscam domesticá-la com “sobrecapas amistosas e redutoras”. Ele entende o romance como beleza selvagem que se choca com uma paisagem modernizadora do Brasil (governo JK) e um ambiente literário de engajamento político em que o romance não encontra eco. Assim, lança mão das ferramentas da desconstrução para examinar quatro interpretações do monstro rosiano: *Os sertões*, de Euclides da Cunha, como porta de entrada familiar (Antonio Candido); o cotejamento com os romances medievais de cavalaria (Cavalcanti Proença); o adestramento político para refletir sobre a ditadura civil-militar (Glauber Rocha); a leitura do pacto, no plano mítico, em aproximação com *Doutor Fausto*, de Thomas Mann (Roberto Schwarz). A apreciação de Silviano ao *Grande Sertão*

passa de um tópico a outro – do pacto à homossexualidade, à linguagem, à pontuação – com ligações entre si, mas não necessariamente numa continuidade sólida e exaustiva. Assim, por vezes há um excesso de aberturas que não se fecham, tornando-se o ensaio ele mesmo um monstro a domesticar. A leitura, no entanto, não perde em fluidez e provoca um enorme deleite tomar contato com suas observações cirúrgicas, que pinçam trechos e revelam interpretações intrincadas. No ensaio, nota-se ao menos uma ausência marcante que traria a oportunidade de enriquecer ainda mais a discussão. No capítulo *A escuta com devoção*, o autor poderia ter lançado mão das ideias do crítico venezuelano Carlos Pacheco sobre o “monodialogo” como estratégia narrativa em Rosa. Sem o mencionar, Silviano se aproxima dramaticamente dele ao aludir a um “pseudonarrador anônimo” e constatar que “sem ser rigorosamente um diálogo, o texto não é apenas um monólogo. Há quase diálogo, há quase monólogo”. (Felipe Ewald)



Escolas ocupadas

Antonio David Cattani | Porto Alegre: CirKula, 2017

160 páginas | R\$ 30 (preço médio)

Ocupar para transformar

A história da educação brasileira não é a mesma depois de 2016: país afora, escolas foram ocupadas por estudantes que – contrariando o estereótipo do mínimo esforço e do desleixo – reivindicavam uma escola pública melhor. Muitas pessoas fizeram doações e ministraram oficinas aos ocupantes; artistas e celebridades ofereceram apoio – e tudo isso apesar de episódios de truculência e de pesada crítica por parte do poder público. É como um registro desse momento tão crucial para o Brasil contemporâneo que o livro *Escolas Ocupadas* consiste em um marco. Já na apresentação o organizador da obra, Antonio David Cattani, dá a dimensão do que se lê posteriormente: abre o texto falando de coragem; e, mais adiante, refuta a imagem de baderna e irresponsabilidade construída pela mídia. Na sequência, aparecem oito textos de professores e pós-graduandos que transitam por áreas como Sociologia, Educação e História, e também de jornalistas. O artigo do professor Fernando Seffner, da Educação, por exemplo, traz um relato do pesquisador sobre o que viu em suas incursões pelas escolas ocupadas; e um

conjunto de reflexões sobre a autonomia dos educandos e o papel dos professores como referências sociais. Já o texto assinado pela professora Rochele Fachineto, pela mestrandia Camila Chiapetti e pelo doutorando Gabriel Câmara, todos da área da Sociologia, recupera e reflete a respeito da ocupação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul por estudantes: a demanda política por melhorias e por mais participação na gestão das escolas foi transformada em tema policial e judicial. Emergem, pois, questões relacionadas ao modelo de gerenciamento social ora vigente no país e que já mostra estar desgastado. Elucidativas, ainda, são a coletânea de depoimentos dos estudantes feita pelos jornalistas Luís Gomes e Débora Fogliatto e a cronologia organizada pelo mestrando em Sociologia Pedro Felipe Narciso. Nesse conjunto de relatos e reflexões, portanto, está posta e fixada uma memória que – espera-se – consiste em referência à tão necessária revisão cotidiana dos modelos educacionais e de suas reverberações na estrutura social. (Everton Cardoso)



Saraus alternativos em Porto Alegre



Slam das Minas, na Casa Frasca, apresenta produção poética com viés feminista

FLAVIO DUTRA/JU

Duan Kissonde

Há quarenta anos, Gilberto Gil nos apresentava com o álbum *Refavela*. Cheio de poesia e musicalidade, o velho e o novo se encontraram no meio de uma verdadeira obra-prima da música brasileira. A primeira faixa, que dá nome ao disco, começa assim: “A refavela / Revela aquela / Que desce o morro e vem transar / O ambiente / Efervescente / De uma cidade a cintilar”. Esse movimento “de descer o morro e vir transar o ambiente efervescente de uma a cidade a cintilar” – que já acontece há algum tempo por todo o Brasil – vem criando força na capital gaúcha e mostrando a autonomia intelectual dessa nova “Refavela” brasileira do século 21. Movimento que, ao que me parece, nasceu em São Paulo na figura do poeta Sérgio Vaz, com o seu sarau da Cooperifa, que acontece na Zona Sul e este ano completa 16 anos de atividade. A partir dele foram surgindo outros, espalhados pelos quatro cantos da capital paulista, como os saraus da Brasa, Elo da Corrente, do Binho, Suburbano, no Kintal, da Ademar e tantos outros que são força viva de expressão cultural nas comunidades periféricas da terra da garoa.

Rio de Janeiro também tem a sua cota com os saraus Divergente, na Cinelândia, que reúne poesia e funk, Poesia de Esquina, na Cidade de Deus, Tá no Ponto, no Viaduto de Madureira, e Griotagem, que é organizado pelo coletivo Denegrir de estudantes negros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). Já a cidade de Salvador tem como referências os saraus Bem Black e da Onça.

Sem dúvidas, a cultura de saraus de rua vem destituída do sentido original do termo,

que remetia a um ambiente elitizado, onde se recitavam poesias, se bebia champanhe e se ouvia música de um piano ou uma harpa. O sarau deixa de ser um símbolo relacionado à “casa grande” e passa a ser ferramenta de libertação dos novos quilombos urbanos.

Porto Alegre chegou depois nesse circuito, mas já mostra que tem vocação para estrelar no mapa dos saraus do país. O Sopapo Poético, desde 2012, vem deixando a sua marca no cenário cultural da cidade, fomentando e incentivando a literatura negra. O Samba-rau, como já nos indica o próprio nome, é uma mistura, muito pertinente, de samba e sarau, sendo articulado pelos integrantes do coletivo de estudantes negros da UFRGS, o Negração. São estes os precursores dessa trajetória aqui no sul e os principais pontos de convivência e de convergência de muitos poetas negros da cena atual. Sobretudo de jovens, cada um com a sua bagagem de vida, sedentos por se reconectar com suas raízes, tendo todos eles como referência maior o mestre Oliveira Silveira, “o poeta da consciência negra”, um dos idealizadores do dia 20 de novembro – um contraponto ao 13 de maio da abolição da escravatura. Cada um desses jovens negros, trazendo um pouco das suas vivências poéticas do samba, do pagode e do hip hop, torna a sua voz mais ativa. Mas o movimento não se resume à juventude negra; as gerações anteriores também despontam nos saraus com as poetisas Lilian Rocha e Fátima Farias, conhecida também como a “Senhora rima”, e com os poetas Sidnei Borges, Renato Borba e Jorge Onifadê, gente mais experiente que é como um alicerce para os mais novos que estão chegando.

E é dessa mistura – que é mais continua-

ção do que qualquer outra coisa – que surgem nomes como os de Pâmela Amaro e Negra Jaque, duas mulheres negras e guerreiras que lutam com poesia, cada uma do seu jeito. Uma levanta a bandeira do samba e a outra leva no peito o amor pelo hip hop, mas ambas militam pela poesia. E é isto que é o mais bacana: poder ouvir pessoas da nossa geração, da nossa quebrada, cantando, recitando mensagens de consciência. Daí fica o samba dizendo que usar turbante é lindo e o rap reforçando que cabelo crespo é maravilhoso: isso é poderoso e importa muito! E não é só aqui em Porto Alegre, mas está acontecendo no Brasil inteiro. Hoje, você liga a TV e está a Mc Sofia no programa da Fátima Bernardes; você entra no Facebook, a poetisa Luz Ribeiro de São Paulo está em uma transmissão ao vivo direto da Copa Mundial de Poesia em Paris ou é a Mel Duarte que está em Angola participando de encontros literários com a juventude africana. Conceição Evaristo é convidada para participar de uma mesa na Festa Literária de Paraty (Flip) deste ano e Maria Carolina de Jesus a figurar como uma das leituras obrigatórias do vestibular da UFRGS de 2018. Enfim, estamos vendo as nossas escrevivências ganharem o mundo.

“Os saraus tiveram que invadir os botecos. Pois biblioteca não era lugar de poesia. Biblioteca tinha que ter silêncio, e uma gente que se acha assim muito sabida” Trecho da música *Cálice*, de Chico Buarque, em versão, releitura e adaptação de Criolo

Voltando à nossa cidade, o que começou com a vanguarda do Sopapo Poético e do Samba-rau foi tomando novos caminhos.

Bares, esquinas, viadutos, praças e escadarias foram virando lugar de poesia. E 2017 fica marcado como o ano em que a cidade entrou na era do slam, movimento que tem crescido bastante aqui pelo Sul e que tem sido cultivado pelo Slam das Minas, o Slam Peleia e Slam RS, só pra citar alguns. Trazendo a prática do spoken word – poesia falada, recitada –, esse movimento vem roubando a cena nas paisagens poéticas do mundo todo, e aqui não tem sido diferente.

Fora do circuito dos slammers, outro evento que vem se destacando é o sarau Afro Gueto Urbano, cujo próprio nome já diz muita coisa da sua proposta: estamos em um tempo em que a poesia e os saraus deixam de ser vistos como domínio exclusivo das culturas “elevadas” ou “superiores”. A poesia sai do seu mutismo livresco, e o sarau abandona a sua torre de marfim hermética e elitista para circular nas praças, nos viadutos, nos botecos e, mais do que nunca, nas telas dos celulares. Hoje, a poesia é visualizada nas redes sociais, no Youtube... é Hashtag, é Trending Topics no Twitter. A poesia revolucionou, ficou mais viva, tudo por causa dessa geração Refavela, juventude majoritariamente negra e periférica que domina os recursos digitais e que faz acontecer aqui e agora. Tomo o exemplo de Marina Mara, poetisa brasileira que acaba de criar um app gratuito que mapeia pontos de poesia pelo Brasil. Porto Alegre já está na lista do PoemApp. Como diria o mestre dos toca-discos, KL Jay, “estamos vivos!”. Através do samba, do rap, da poesia, do teatro ou da dança, estamos vivos!

*Estudante do curso de História da UFRGS

DESTAQUE



Porto Alegre sempre em movimento

Exposição *Museu da UFRGS traz a história do esporte e do lazer na capital em nova mostra*

Paisagens da Memória: cidades e corpos em movimento em exposição no Museu da UFRGS, exhibe a memória esportiva de Porto Alegre. Desde as primeiras décadas do século XX já se praticavam esportes como o remo, corridas de cavalo e ciclismo na cidade. Com cada vez mais esportistas e público, a capital precisou se adaptar aos novos hábitos e construir espaços para a prática esportiva e também para o lazer.

A curadora da mostra e professora de Educação Física da UFRGS, Silvana Goellmer, explica que a exposição chama a atenção para a dinâmica que existe entre os corpos em movimento e a cidade: “a ideia é mostrar como o esporte altera a cidade, como as paisagens urbanas também alteram as pessoas que vivem nela a partir das estruturas esportivas”. Para a professora, as transformações são constantes e estão visíveis, basta olhar para Porto Alegre com mais cuidado. Hoje, a capital tem ciclovias que foram pensadas para atender à demanda de ciclistas surgida com o tempo. Outro exemplo é o Ginásio da Brigada Militar, que foi construído em 90 dias para abrigar os Jogos Mundiais Universitários em 1963. Os clubes porto-alegrenses de remo, em função das águas, se instalaram todos à beira do Guaíba. “Hoje vemos muitas pessoas correndo na rua, isso não era uma prática há 20 anos”, lembra ainda a curadora. Todas essas práticas mudaram mais um pouquinho a cara da cidade. É possível ver essas modificações em *Paisagens da Memória: cidades e corpos em movimento* através de um jardim de imagens que compara o lazer antigo e o contemporâneo.

Silvana destaca também as diversas perspectivas do esporte que a mostra abrange: “A gente tenta dar uma dimensão bem ampla; não trabalhamos esporte apenas na dimensão do rendimento e do megaevento esportivo, mas com esporte em várias possibilidades”. Uma das perspectivas do esporte que a exposição apresenta é o lazer. “Porto Alegre é uma cidade pioneira em estruturação de parques e praças com atividades direcionadas à comunidade com profissionais capacitadas para trabalhar com lazer”, conta a professora. O visitante da mostra pode conhecer as primeiras iniciativas de lazer na capital que datam na década de 1920, e as sete primeiras praças em Porto Alegre a partir de fotos, mapas e documentos. Ainda se pode ouvir o samba da década de 1930, interpretada por Elis Regina, composto para homenagear a primeira praça da cidade, a Praça Alto da Bronze (localizada na Rua Duque de Caxias e mais conhecida hoje como a Praça General Osório). A exposição abrange ainda a dimensão da formação na atividade física e relata o início da Escola de Educação Física da UFRGS (hoje Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança). A ESEFID foi a primeira instituição a formar profissionais de Educação Física no Rio Grande do Sul por 30 anos. *Paisagens da Memória: cidades e corpos em movimento* traz as políticas sociais para esporte e lazer do Ministério do Esporte e o movimento da década de 1930 para transformar a capoeira na ginástica brasileira. Além disso, apresenta alguns eventos esportivos importantes para Porto Alegre, como, por exemplo, os

Jogos Mundiais Universitários de 1963 e os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, sediados na capital.

Quem visita a mostra ainda tem a chance de conhecer a primeira medalha conquistada pelo Brasil em Jogos Olímpicos e pins raros do Grêmio e do Inter. Outra curiosidade a ser vista é um dos primeiros esportes praticados na cidade: o chamado circo de touradas (na época considerado esporte), realizado no Parque da Redenção e que atraía um grande público.

A Exposição *Paisagens da Memória: cidades e corpos em movimento* também é uma comemoração aos 20 anos do Centro de Memória do Esporte (CEME) da ESEFID, completados em janeiro deste ano. “O objetivo foi mostrar à comunidade universitária e fora da universidade o nosso acervo. Temos um acervo bastante importante, tanto do esporte, como da dança e do lazer em Porto Alegre. Então nós fizemos uma parceria com o Museu”, comemora Silvana, hoje também coordenadora do Centro. Grande parte do que está exposto na mostra faz parte do acervo do Centro de Memória do Esporte, idealizado pela professora Janice Mazo e pela bibliotecária Rosalia Camargo.

A exposição, planejada já há dois anos e financiada pelo Ministério do Esporte, permanece no Museu da UFRGS até 29 de março de 2018, de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h, e aos sábados, das 09h às 13h. A entrada é franca. Para agendar visita de grupo ou de escolas, basta acessar o site www.ufrgs.br/museu.

MÚSICA



Interlúdio

O projeto Interlúdio, ao realizar a difusão da produção artística do corpo discente do Departamento de Música da UFRGS, busca divulgar a atuação dos alunos em formação, além de oferecer à comunidade acadêmica a chance de entrar em contato com a música de câmara de uma maneira diferente da habitual.

CORAL DA UFRGS
Já realizou apresentações no Rio Grande do Sul, em outros 13 estados brasileiros e outros países, como Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai. O grupo é aberto à participação de alunos, professores e funcionários da Universidade e de pessoas da comunidade.

Apresentação: 29 de agosto, às 12h30
Local: Hospital de Clínicas



QUINTETO AUSTRO
A banda de sopro Quinteto Austro surge da ideia de cinco músicos, colegas de orquestra, com um desejo em comum de produzir recitais de música de câmara, procurando valorizar as obras de compositores brasileiros do século XX, com instrumentos como oboé, clarinete, flauta, fagote e trompa. No repertório, estão artistas como Radamés Gnattali, Dimitri Cervo, Alexandre Schubert, Liduino Pitombeira e Willames S. Costa.
Apresentação: 29 de agosto, às 12h30
Local: Sala Fahrion

CINEMA



Ciclo de Debates “Imagens em Movimento”

Promovido pelo Museu da UFRGS e pelo

Centro de Memória do Esporte (ESEFID), o Ciclo de Debates irá exibir sete filmes nacionais e internacionais na última quinta-feira de cada mês até novembro de 2017. O objetivo é problematizar e provocar uma reflexão crítica sobre o esporte e suas diferentes manifestações: lazer, alto rendimento, saúde e bem-estar. Após cada sessão, haverá debate entre o público e pesquisadores convidados, a partir do que a exibição suscitou de questões sobre o esporte.

Série A copa passou por aqui

COMO SE VIVE, COMO SE TORCE (Davi Pretto, 15 min, 2014)
O episódio mostra a comoção e os detalhes de um dia de diferentes pessoas para assistir a um jogo da seleção brasileira, observando as peculiaridades e o fio invisível que as une.

DEPOIS DA AVENIDA (Vicente Moreno, 15 min, 2014)
Evidencia o impacto da Copa do Mundo sob uma humilde comunidade vizinha ao estádio Beira-Rio em Porto Alegre. Sem acesso ao grande evento, os moradores da Vila Gaúcha encontram outras formas de preencher suas vidas.
Sessão: 31 de agosto às 17h30
Local: Museu da UFRGS

EXPOSIÇÃO

Paisagens da memória: cidades e corpos em movimento

Por meio do acervo preservado pelo Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS, a exposição procura oferecer ao público contato com a memória esportiva da cidade de Porto Alegre que, desde as primeiras décadas do século XX, vem atraindo públicos e praticantes, transformando, assim, os espaços urbanos e suas paisagens.
Visitação: de 15 de maio a 29 de março de 2018, de segunda

a sexta-feira, das 08h às 20h, e aos sábados, das 09h às 13h.
Local: Museu da UFRGS



Os dragões não conhecem o paraíso

A mostra reúne trabalhos em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica resultantes das pesquisas desenvolvidas por dezoito artistas formados pelo Bacharelado em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS em 2016.

Visitação: de 23 de maio à 13 de junho, das 10h às 18h
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Entrada franca

ESPECIAL



Fronteiras do Pensamento - Leonardo Padura

Padura é romancista, ensaísta e jornalista. Considerado um dos melhores autores de Cuba, escreveu roteiros para o cinema e atuou por 15 anos na área do jornalismo investigativo. Pós-graduado em Literatura Hispano-americana pela Universidade de Havana, dedica-se exclusivamente à literatura desde 1995. Os interessados devem encaminhar e-mail para prorext@ufrgs.br com um documento que comprove sua vinculação com a UFRGS.
Data: 21 de agosto
Horário: 19h45
Local: Salão de Atos

ONDE?

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3058

► **Sala Fahrion**
Av. Paulo Gama, 110, segundo andar da Reitoria
Fone: 3308-3034

► **Museu da UFRGS**
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

Meu Lugar na UFRGS

FLAVIO DUTRA/JU



Entre pedras preciosas

Quem vem do Centro de Vivências do Câmpus do Vale, subindo as escadas em direção ao Instituto de Geociências, seguindo em frente no corredor, entrando na última porta à esquerda e, por conseguinte, na sala 118, encontra o Laboratório de Gemologia. Local escondido, de acesso quase labiríntico, onde são preservadas pedras preciosas. Ou melhor, gemas, como me corrigiu Pedro Luiz Juchem, professor do Departamento de Mineralogia e Petrologia da UFRGS, que desde sua especialização tem no laboratório seu endereço certo na Universidade.

Já no Laboratório, inaugurado em 1984, encontram-se microscópios e equipamentos contornando a sala e, ao centro há uma grande mesa repleta de vidrinhos com pedras e etiquetas de identificação. Na época de sua inauguração, foram instalados espaços para pesquisa de gemas também em outras cidades brasileiras, como Ouro Preto e Fortaleza, com financiamento do Ministério da Educação. Para a fundação, foi composta uma equipe de geólogos dentro do Instituto de Geociências, entre eles estava Pedro, então recém-formado em Geologia.

Gemologia é a ciência que tem por objetivo identificar a natureza de gemas e elementos gemológicos e classificá-los. O professor conta que hoje o Brasil é o maior fornecedor de gemas de cor do mercado internacional. Até meados de 1970, a produção brasileira de diamantes era hegemônica no mundo. Os diamantes extraídos aqui eram retirados dos rios. No entanto, nessa época foi descoberta a primeira rocha ígnea que continha diamantes, nomeada de kimberlito, por ser localizada em Kimberley, na África do Sul. “Esses depósitos são muito mais produtivos, então o Brasil acabou perdendo a liderança na produção mundial. Por volta de 2014, iniciou-se a operação na primeira mina de diamante em kimberlito na Bahia. Então, talvez o nosso país retome sua posição”, espera.

A área da mineralogia sempre chamou a atenção do professor Pedro durante a graduação por utilizar um raciocínio matemático. É preciso fazer uma série de testes macro e microscópicos para identificar a natureza de uma gema. A precisão é uma qualidade valiosa para o professor que diz realizar o processo de reconhecimento de uma pedra até ter “mil por cento” de certeza. “É linda a mineralogia! Acho que não tem quem não goste de minerais e gemas.” Com semelhante carinho à sua área de estudo, ele conta ter um grande apreço pelos alunos e relata orgulhoso que já foi convidado para o casamento de um ex-estudante no interior de Minas Gerais. Além disso, em 2014, no aniversário de 30 anos do laboratório, levou sua turma para uma saída de campo de três dias no interior do estado para conhecerem o maior depósito de ametistas do mundo.

Apesar de existir um interesse geral em pedras preciosas, pouco se sabe sobre a área da Geologia e muito menos sobre as gemas. Por conta da falta de informação sobre esse campo, Pedro conta algumas histórias de pessoas que chegaram ao Laboratório com cristais de quartzo, acreditando serem diamantes; outros com pedras de joias compradas em joalherias de renome e que na verdade se tratavam de vidros lapidados. Ocorreu ainda o caso de levarem ao Laboratório um diamante com características de moissanita – uma imitação do diamante –, e uma moissanita com características de diamante. “Com isso, a gente aprende muito. Além de ter a possibilidade de receber doações de pedras e expandir nosso acervo de gemas no laboratório!”, anima-se.

Vanessa Petuco, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Representação no esporte

“Me pensar hoje fora desse cenário da memória é impossível, porque é o que eu tenho feito desde sempre”, declara a professora de Educação Física Silvana Vilodre Goellner, enquanto conversamos no Museu da UFRGS, onde está acontecendo a exposição *Paisagens da Memória: cidade e corpo em movimento* – da qual Goellner é a curadora. Professora da UFRGS desde 1993, Silvana sempre atuou na interseção entre o esporte e as temáticas como corpo, gênero, história e memória. Aos 54 anos, Silvana transparece na sua fala a importância desses assuntos para a formação da sua identidade – tornando-os indissociáveis ao seu perfil.

Natural de Carazinho, no interior do estado, desde pequena Silvana esteve muito envolvida com as questões do esporte. “As férias eram sempre no Clube Grêmio Aquático Carazinhense. Ia de manhã com meus dois irmãos e voltava à noite. Nadava, jogava vôlei, brincava na rua”, relembra. Após não ter se identificado com o curso de Letras na UFRGS, entrou para Educação Física na Universidade Federal de Santa Maria – curso referência no Brasil na década de 1980. A história da docente com Porto Alegre e a UFRGS inicia mesmo em 1989, quando foi convidada para coordenar o programa de educação física dos centros comunitários no primeiro governo Olívio Dutra. No mesmo ano, entrou para a primeira turma de mestrado em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física. Ao final do mestrado, em 1993, passou a integrar o quadro de professores da Universidade.

Silvana conta que entrou na graduação pensando em ser atleta – treinadora de vôlei ou natação. Mas, de imediato, viu que não se enxergava dessa forma e passou a

perceber outras questões com as quais se identificava: a desigualdade de gênero na profissão e no esporte. “Tinham poucas professoras de educação física – e eu sempre percebi que existia uma diferença no tratamento dado às professoras mulheres e aos professores homens”, explica. Hoje, essas questões se traduzem em 20 anos de pesquisas em relação a essas temáticas e fazem parte de sua identidade. A partir daí, na busca por informações sobre as mulheres no esporte, Silvana se deparou com a falta de dados sobre o assunto e percebeu a importância de se criarem fontes e dar visibilidade a essa presença – relacionando-se, então, com a memória. “Quem não tem memória não tem história. A memória para mim tem um pouco essa função: uma função política de dar visibilidade para grupos, pessoas, instituições que não são tão percebidas; e para que a gente não apague a nossa história”, declara. Desde 2000, Silvana atua no Centro de Memória do Esporte (CEME) da UFRGS, mantendo relações com outros dez Centros de Memórias em universidades federais.

Recentemente, a docente passou a ter um envolvimento político com o futebol feminino. Fez parte de um comitê de reformas instituído pela CBF, no qual havia um grupo para pensar o futebol feminino. “Demandamos que acontecesse o campeonato brasileiro feminino séries A e B – que está ocorrendo este ano; e reivindicamos a possibilidade de mulheres entrarem na comissão técnica da seleção brasileira – hoje nós temos uma treinadora, a Emily Lima”, conta orgulhosa. Tal feito abriu portas para que Silvana fosse curadora também de uma exposição no Museu do Futebol, no estádio do Pacaembu em São Paulo, intitulada *Visibilidade para o Futebol Feminino*. Nela é resgatada a trajetória

do movimento no país. “O futebol feminino no Brasil foi proibido de 1941 a 1979. Conhecer, então, essa história e chegar nessas atletas foi muito prazeroso, e eu tenho um orgulho muito grande disso.”

Fora do ambiente de trabalho, a atividade física está presente na vida de Silvana como algo prazeroso – caminha, faz pilates e alongamento. “Eu acho que atividade física é um exercício de liberdade. Não faço só por questões de saúde, mas é um espaço também de fruição”, conta. Moradora do bairro Petrópolis, em Porto Alegre, a professora tem uma vida cultural diversa, mas revela que por conta do trabalho não é tão intensa como gostaria. Sempre que possível vai ao cinema, teatros e shows – ela é frequentadora do Porto Alegre em Cena e também do Unimúsica. “Acho que a arte nos salva. Hoje vivemos um cenário de recrudescimentos das emoções, essa coisa de estar todo mundo nas redes sociais. A arte tem outra possibilidade: o educar para os sentidos, para a sensibilidade, para você ver as coisas com mais vagar”, opina.

Sempre com muitos projetos na cabeça, Silvana conta que um deles é diminuir o seu ritmo de trabalho e poder fazer atividades para as quais hoje não encontra tempo: viajar, artesanato, cozinhar, estar em contato com a família e amigos. “Viver com mais tranquilidade”, resume; sem nunca, entretanto, deixar de lado todos esses assuntos que a atravessam e a constituem como profissional e como pessoa. “Eu me ponho a pensar que, enquanto eu fico ‘brincando’ com essas coisas de preservar memórias e reconstruir histórias e memórias, a minha própria história está se fazendo”, reflete.

Paula Barcellos, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS



FLAVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

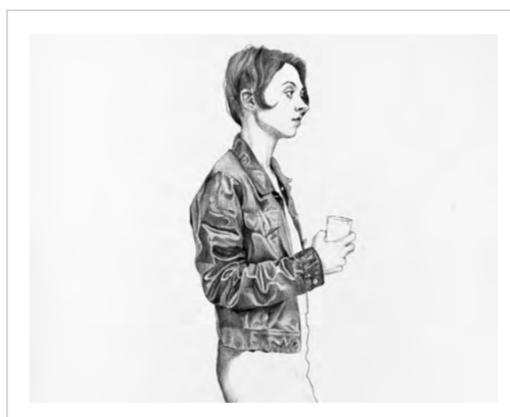
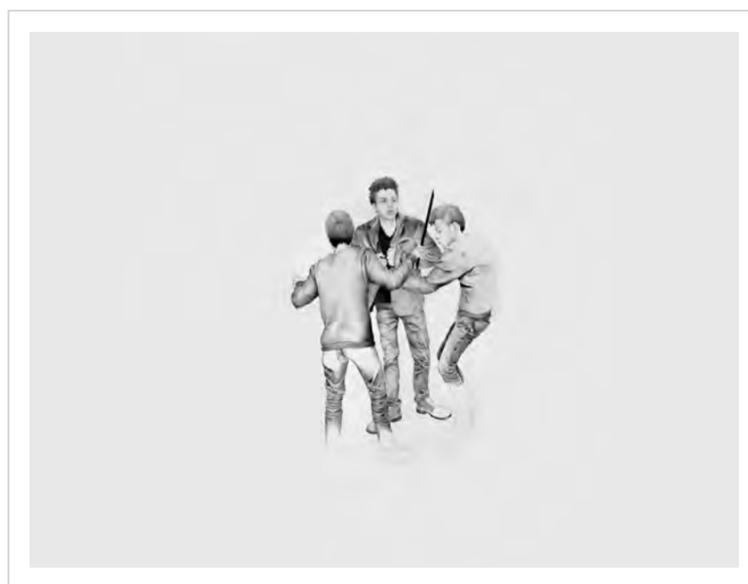
Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



O ímpeto de controlador

TEXTO E DESENHOS **GUSTAVO ASSARIAN**

Os infortúnios são-me úteis e motivadores. A crise, a catástrofe, a tragédia possuem um caráter intimidante e destrutivo, entretanto, são agentes transformadores. Desejo extrair traumas da memória como o expurgar de uma doença, sendo o desenho o único remédio que pude desenvolver até então. Há sem dúvida uma urgência relacionada aos meus desenhos, mas não uma urgência de registro, representação, mas de motivação, uma necessidade de controlar situações. A técnica detalhada desse trabalho surge em contraponto à minha impotência diante das circunstâncias de crise vividas – a respeito das quais nada posso ou pude fazer. As memórias são recriadas em um processo de encenação. Referências fotográficas e esboços são artifícios utilizados para aproximar-me de uma realidade passada, mas desprovida da carga de significados dos acontecimentos (acidentes, problemas de saúde ou outros relacionados a membros da família). A partir do caos cotidiano, desenho com um instrumento também cotidiano, de fácil acesso – a caneta esferográfica. Material ordinário, bruto, sem muitas possibilidades aparentes. Em meio a delicadas hachuras e minúsculos pontilhados, aprisiono e exponho uma vulnerabilidade expressa também nos vazios, os brancos do papel. Exploro um jogo de distância e proximidade com o espectador. Proponho, num primeiro momento, uma identificação por parte de quem observa (acredito que todos experienciam crises ou mesmo traumas). A ideia de afastamento vem do fato de que os desenhos não possuem uma ligação direta com outras pessoas. Quem olha, imagino também, sente-se excluído da cena... Desenho de uma maneira que coloque o observador numa posição de negação a uma aproximação efetiva.



GUSTAVO ASSARIAN

BACHAREL FORMADO PELO INSTITUTO DE ARTES/UFRGS, CURSANDO LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS. É INTEGRANTE DO STUDIO P, GRUPO COORDENADO PELA PROFESSORA MARILICE CORONA.